DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE NINA RODRIGUES

EXECUTIVO

VOL. 7, Nº 845/2025
ISSN 2764-6858

NINA RODRIGUES, QUARTA * 03 DE DEZEMBRO DE 2025

ÍNDICE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES 2
I PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE NINA RODRIGUES-MA 2
AVISO DE RESULTADO DISPENSA Nº 20/2025 PMNR 39
AVISO DE RESULTADO DISPENSA Nº 21/2025 PMNR 40

PREFEITURA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES

I PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE NINA RODRIGUES-MA

O Plano tem o intuito de orientar e planejar ações de combate à fome, ações de fortalecimento da agricultura, saúde e cidadania para o município de Nina Rodrigues na gestão de 2025 a 2028.

João Francisco Jones Fortes Braga
Prefeito Municipal

Samara Corrêa Sá
Vice-prefeita

Secretários:
Patrícia Maria Furtado Barcellar Couto Braga
Secretária Municipal de Saúde

Dudson Eduardo Pereira Matos
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento

Carliene Silva da Conceição
Secretária Municipal de Assistência Social

Samara Corrêa Sá
Secretária Municipal de Educação

Francinalda da Luz Paixão
Secretária de Meio Ambiente

Carlos Augusto Gama Campos
Secretaria de Finanças

PRESIDENTE DA CÂMERA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN
Presidente Carliene Silva da Conceição

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CÂMERA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN
Rita de Cássia Costa Bezerra Côrrea

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA
Presidente Maria Cosme Vieira Corrêa

VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA
Luiz dos Santos Gularte Júnior

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA
Secretária Executiva Patrícia Maria Furtado Bacellar Couto Braga

SECRETÁRIO GERAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA
Secretário Geral Antônio de Sousa da Costa

EQUIPE TÉCNICA DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLAMSAN
Ewerton Saminêz Lima
Economista

CONSELHEIROS DO COMSEA PARTICIPANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Titular: Carliene Silva da Conceição

Suplente: Emilio George Pereira Matos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular: Rita de Cássia Costa Bezerra Corrêa
Suplente: Natássia Trabulsi Lima e Lima

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: Patrícia Maria Furtado Bacellar Couto Braga
Suplente: Maria Zilene Noberto da Silva Braga

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO
Titular: Dudson Eduardo Pereira Matos
Suplente: Epifânia Espindola Reinaldo

SOCIEDADE CIVIL
Associação dos Piscicultores de Nina Rodrigues – MA e Adjacentes
Titular: Maria Cosme Vieira Corrêa
Suplente: Maria José Mendonça Bezerra Silva

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nina Rodrigues Titular: Antônio Sousa da Costa
Suplente: João Luís Pinto Vieira

Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado Iguará
Titular: Luiz dos Santos Gularte Junior
Suplente: Tony Régis Martins Costa

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Buriti
Titular: Maria Oneide dos Santos Lima
Suplente: José de Ribamar Costa Vieira

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Santa Rita
Titular: Joaquim Henrique Passos
Suplente: Francisco Martins da Silva

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Santa Isabel
Titular: Luzineide Pinto de Sousa
Suplente: Luzenildo Pinto

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Barra do Rio Preto Titular: Luiz Sousa
Suplente: Jorge Cardoso

Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Balaiada
Titular: Itamar do Nascimento
Suplente: Raimundo Nonato Santana Coqueiro

Lista de Siglas

AEE - Atendimento Educacional Especializado
AGED - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão
APS - Atenção Primaria à Saúde
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CESAN – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CRN - Conselho Regional de Nutrição
EAN - Educação Alimentar e Nutricional
EJA - Educação Jovens e Adultos
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMA - Instituto Federal do Maranhão
ISO - *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização)
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual
MS – Ministério da Saúde
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAB – Piso da Atenção Básica
PAIF – Proteção e Atenção Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PEC – Prontuário Eletrônico do Cidadão
PLAMSAN – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE - O Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPA – Plano Plurianual
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PVPS - Primeiro que Vence, Primeiro que Sai
SAN - Plano de Segurança Alimentar e Nutricional
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAG - Secretaria Municipal de Agricultura, pesca e Abastecimento
SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINASC - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
UBS – Unidade Básica de Saúde
UF - Unidade Federativa

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa territorial do município de Nina Rodrigues..... 22
Figura 2 - Quantidade de famílias cadastradas no Cadastro Único em Nina Rodrigues 36
Figura 3 - Inauguração do restaurante popular de Nina Rodrigues..... 37
Figura 4 - Comida na mesa a um preço simbólico de R$ 1,00..... 37
Figura 5 - Dosagem e Esquema para administração de vitamina A em crianças..... 48
Figura 6 - Armazenamento dos alimentos..... 54
Figura 7 - Estrutura e Armazenamento dos alimentos..... 55
Figura 8 - Sistema de oxigenação dos açudes..... 83
Figura 9 - Pesca artesanal no Rio Munim no município de Nina Rodrigues..... 84
Figura 10 - Feira do agricultor e da mulher empreendedora..... 87
Figura 11 - Principal forma de abastecimento de água..... 89
Figura 12 - Modalidades de captação de água para abastecimento..... 90
Figura 13 - Água potável em escolas da zona urbana e rural..... 94
Figura 14 - Inauguração de SSAA em Nina Rodrigues vai beneficiar 30 famílias..... 95
Figura 15 - % de coleta de lixo por quantidade de habitantes..... 96
Figura 16 - Ciclo do Monitoramento e avaliação..... 115

Lista de Gráfico

Gráfico 1 - População por situação de domicílio..... 23
Gráfico 2 - Crescimento Populacional..... 25
Gráfico 3 - Distribuição por cor ou raça..... 26
Gráfico 4 - População Indígena e Quilombola..... 27
Gráfico 5 - Sexo..... 29
Gráfico 6 - Alfabetização..... 30
Gráfico 7 - Nível de instrução..... 31
Gráfico 8 - Despesas brutas do município..... 32
Gráfico 9 - Sexo dos produtores..... 74
Gráfico 10 - Nível de Escolaridade dos Produtores Rurais..... 75
Gráfico 11 - Tamanho da área..... 76

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Densidade demográfica..... 21
Tabela 2 - Área territorial..... 22
Tabela 3 - População por situação de domicílio..... 23
Tabela 4 - Crescimento populacional no decorrer de 52 anos..... 24
Tabela 5 - Distribuição por cor ou raça..... 26
Tabela 6 - População de auto identificação..... 27
Tabela 7 - Distribuição por sexo..... 28
Tabela 8 - Alfabetizados e não alfabetizados..... 29
Tabela 9 - Indicadores econômicos..... 32
Tabela 10 - Indicadores de desenvolvimento..... 32
Tabela 11 - Perfil Socioeconômico das Famílias Inscritas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família..... 34
Tabela 12 - Distribuição de famílias beneficiárias e valores recebidos do Programa Bolsa Família, por zona de residência — Rural e Urbana..... 35
Tabela 13 - Beneficiários BPC..... 35
Tabela 14 - Eixos..... 40
Tabela 15 - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) por faixa etária (2010-2023)..... 44
Tabela 16 - Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) por faixa etária..... 46
Tabela 17 - Consumo alimentar de crianças de 2 a 4 anos..... 49
Tabela 18 - Quantidade de hipertensos, diabéticos, obesos e desnutrição..... 50
Tabela 19 - Escolas municipais localizadas na zona urbana: 12 escolas..... 57
Tabela 20 - Escolas municipais localizadas na zona rural: 23 escolas..... 58
Tabela 21 - Escolas estaduais localizada em todo território Ninense..... 59
Tabela 22 - Repasse para o Município pelo FNDE/PNAE..... 60
Tabela 23 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Creche/Pré-escola..... 61
Tabela 24 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Fundamental AEE – Quilombola..... 62
Tabela 25 - Valor nutricional médio das preparações do Fundamental AEE – Quilombola..... 63
Tabela 26 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE..... 63
Tabela 27 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, berçário/creche..... 65
Tabela 28 - Valor nutricional médio das preparações do berçário/creche..... 66
Tabela 29 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tempo integral 1ª a 3ª semana..... 66
Tabela 30 - Valor nutricional médio das preparações da Escola de tempo integral 1ª a 3ª semana..... 67
Tabela 31 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tempo integral 2ª a 4ª semana..... 68
Tabela 32 - Valor nutricional médio das preparações da Escola de tempo integral 2ª a 4ª semana..... 69
Tabela 33 - Distribuições por espécie e criadores..... 70
Tabela 34 - Produção agrícola e frutífera..... 71
Tabela 35 - Programas de fomento à atividade rural..... 72
Tabela 36 - Seguro defeso..... 85
Tabela 37 - Bairros abastecidas pela CAEMA..... 90
Tabela 38 - Comunidades, povoados e bairros sem abastecimento da CAEMA..... 92
Tabela 39 – Ações e metas da produção de alimentos e agricultura familiar..... 98
Tabela 40 – Diretrizes do Decreto 7.272/2010 (Adaptada a realidade do município) 105
Tabela 41 - Eixos da conferência..... 106
Tabela 42 – Planejamento das ações..... 106
Tabela 43 – Instrumento de acompanhamento..... 116

Sumário

Apresentação.. 16
1. Introdução.. 16
2. Objetivos. 18
2.1 Objetivos Objetivo geral 18
2.2 Objetivos Específicos. 19
3. Metodologia. 19
3.1 Coleta de dados primários. 20
3.2 Coleta de dados secundários: 20

4. Aspectos Socioeconômicos e Demográficos da População.. 21
4.1. Caracterização demográfica e territorial 21
4.2. População: 23
4.3. Distribuição por raça/cor 26
4.4. População quilombola e indígena. 27
4.5 Sexo, alfabetização e nível de instrução. 28
4.5. Principais fontes de renda. 31
5. Assistência Social 33
5.1. Transferência de renda e benefícios sociais. 33
5.2. Restaurante popular 36
5.3. 1º Conferencia Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 38
6. Saúde. 44
6.1. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do município. 47
6.2. Marcadores de consumo alimentar 48
6.3. Estado nutricional e saúde da população.. 50
7. Educação.. 51
7.1. Fundamentos legais e objetivos do PNAE.. 51
7.2. Princípios e diretrizes da alimentação escolar 51
7.3. Gestão do PNAE no município. 52
7.4. Aquisição de alimentos da agricultura familiar 53
7.5. Cardápios e nutrição escolar 53
7.6. Educação alimentar e nutricional (EAN) 53
7.7. Infraestrutura e logística. 54
7.8. Integração com outras políticas públicas. 56
7.9. Sustentabilidade e inovação. 56
7.10. Quantidade de escolas nas zonas rural e urbana. 57
8. Atividade Agropecuária e Extrativista. 51
8.1. Agricultura. 73
8.2. Perfil do produtor 74
8.3. Perfil da Agricultura. 78
8.4. Produção Agrícola local 79
8.5. Pecuária. 79
8.6. Políticas Públicas. 80
8.7. Piscicultura. 81
8.8. Atividades Pesqueiras e Economia da Pesca. 82
8.9. Pesca artesanal: comunidades, volume e espécies. 84
8.10. Auxílio da pesca e renda gerada. 85
8.11. Comercialização, feiras e mercados locais. 85
9. Quantitativo de famílias inseridas em programas sociais. 36
10. Saneamento Básico.. 46
10.1. Abastecimento de Água. 88
10.2. Coleta de lixo.. 95
10.3. Esgotamento sanitário.. 96
11. Metas e Indicadores. 96
12. Planificação.. 103
13. Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento.. 114
14. Povos e Comunidades Tradicionais. 118
15. Intersetorialidade. 119
16. Importância do Diagnóstico.. 121
17. Considerações Finais. 122
18. Recomendações. 123
Referências Bibliográficas. 124
ANEXOS.. 129
Anexo I – Despesa com Saneamento Básico e construção de Açudes conforme PPA/LOA, 2025-2026. 130
Anexo II – Despesa com Construção de Escola de Ensino Fundamental 131
Anexo III – Despesa com Construção de Creche. 132
Anexo IV – Edital do Programa Tempo de Semear. 133

Apresentação

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Nina Rodrigues é fruto do compromisso da gestão atual com a população, em trazer trabalho e desenvolvimento para o município, onde com investimentos direcionados para a saúde, atividades agropecuárias e educação visa levar mais qualidade de vida e bem-estar através de hábitos alimentares saudáveis. Sua elaboração contou com o apoio de diversas secretarias do município, onde foi possível buscar informação relevantes da assistência social e agricultura para poder elaborar um diagnóstico.

Este plano municipal orientará que novas políticas públicas possam ser implementadas no município, já sabendo da realidade atual da população e por meio do fortalecimento da atividade rural e ações que promovam a saúde e alimentação saudável. Sabendo disso, este documento visa

combater a fome, promover a saúde através de alimentos saudáveis, estimular a atividade rural, fortalecer os pequenos produtores com políticas públicas capazes de facilitar a vida no campo.
Mais do que um instrumento de orientação e planejamento, o PLAMSAN traz a realidade do município e pode ser demonstrar ações que podem serem realizadas através de dados que são o reflexo da população atual. Com o intuito de valorizar o conhecimento das comunidades, o PLAMSAN tende a ser um instrumento de facilidade e planejamento atual para garantir mais qualidade de vida para a população.
Com a implementação deste plano, Nina Rodrigues reafirma o compromisso que tem com a população em trazer trabalho e desenvolvimento através de investimentos voltados para a agricultura familiar, saúde e educação e fazer com que a agricultura amplie sua produção e comercialize no próprio município, alinhando-se a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano.

1. Introdução
Para iniciar vale ressaltar sobre disposições preliminares sobre Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, onde o presidente da república no uso das atribuições que lhe confere, decreta:
Art. 2o Fica instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, na forma do art. 3o da Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional.
Art. 3o A PNSAN tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

I. - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
II. - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

I. - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
II. - promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3o, inciso I, do Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;
III. - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;
IV. - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aqüicultura;

VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei no 11.346, de 2006; e
VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2010, p. 01).
Além disso, o plano foi elaborado a partir de conferências e instâncias de participação social, representando o instrumento oficial de planejamento em Segurança Alimentar e Nutricional. Essa perspectiva, desempenha um papel fundamental para que novas estratégias e políticas públicas possam garantir ainda mais o acesso e disponibilização adequada de uma alimentação saudável para todos os Ninenses.
De forma geral, o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tende a garantir o direito humano a uma alimentação adequada para combater a insegurança alimentar. Com isso, o município disponibiliza de políticas públicas e da agricultura familiar do próprio município para produção de insumos que possam atender tanto a demanda municipal, quando para a comercialização para outros municípios próximos.
Embora políticas públicas existem com o intuito de diminuir a insegurança alimentar da população, ainda existem uma pequena parcela da população que ainda sofre com desnutrição e falta de acesso a recursos necessários para uma alimentação adequada, dessa forma, o município trabalha para fazer uma busca ativa dessas pessoas e assim garantir o direito à uma alimentação digna. Dessa forma, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Como o 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Nina Rodrigues - MA pode influenciar a redução da insegurança alimentar em comunidades vulneráveis, contribuindo para a melhoria da saúde pública e do bem-estar geral da população?
Diante da importância desse tema, é preciso analisar a efetividade do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Nina Rodrigues - MA em garantir a segurança alimentar dos moradores do município. Neste sentido, é necessário identificar os principais indicadores municipais de segurança alimentar e sua relação com a nutrição e saúde pública. Além disso, diagnosticar a situação atual da segurança alimentar em Nina Rodrigues - MA, considerando indicadores de acesso, disponibilidade, utilização e estabilidade alimentar e por último avaliar as estratégias e ações desenvolvidas pelo poder público para promover a segurança alimentar em Nina Rodrigues - MA.
A elaboração do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Nina Rodrigues - MA se justifica pela necessidade de garantir o acesso universal e equitativo à alimentação saudável e adequada, considerando a vulnerabilidade social e econômica do município. Este plano pode ser um instrumento fundamental para promover a segurança alimentar e reduzir a fome, a desnutrição e as doenças relacionadas à má alimentação, fortalecendo a autonomia e o desenvolvimento sustentável do município.
2.Objetivos
2.1Objetivos Objetivo geral
O objetivo do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) é ampliar a produção de alimentos dos agricultores locais, bem como o acesso regular a alimentos produzidos, combater a fome, saúde, hábitos alimentares saudáveis, elaboração de estratégias, programas e ações que promovam a melhoria da produtividade, da qualidade de vida, do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais de Nina Rodrigues, reconhecendo e valorizando o conhecimento tradicional e as práticas inovadoras dos produtores.
2.2 Objetivos Específicos

1. Ampliar a produção de alimentos dos agricultores locais, incentivando práticas sustentáveis que fortaleçam a agricultura familiar;
2. Garantir o acesso regular a alimentos produzidos no município, promovendo a segurança alimentar e o combate à fome;
3. Estimular hábitos alimentares saudáveis e ações de promoção da saúde, visando melhorar a qualidade de vida da população;
4. Elaborar estratégias, programas e ações que integrem o conhecimento tradicional e práticas inovadoras, favorecendo o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais de Nina Rodrigues.

3.Metodologia

Para realizar o PLAMSAN, foram realizadas pesquisas de campo e pesquisas bibliográficas, onde "A pesquisa básica objetiva gerar conhecimento novo para o avanço da ciência, busca gerar verdades, ainda que temporárias e relativas, de interesses mais amplos (universalidade), não localizados" (NASCIMENTO, 2016, p. 02).
Para Gil (2002), pesquisas exploratórias são utilizadas para estudos com base no problema de pesquisa sobre segurança alimentar que pode ajudar a compreender melhor o tema em questão e sobre ser descritiva, traz como pressuposto principal descrever as principais características dos autores e questões e ajudar a fornecer informações sobre alimentação e nutricional para obter um sistema organizado de informações sobre como o contexto rural tem uma grande importância neste meio.
Além disso, o presente diagnóstico foi executado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Agricultura, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde de Nina Rodrigues. Sua realização foi feita a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, buscando compreender de forma abrangente a realidade do meio rural do município. A metodologia adotada envolveu as etapas descritas a seguir:

1. **Coleta de dados primários**

A equipe visitou todas as comunidades rurais do município, indo diretamente até os produtores para realizar o cadastramento. Durante as visitas, foi aplicado um questionário estruturado, para coletar informações objetivas sobre produção, áreas cultivadas, rendimento e comercialização.

- Levantamento de dados pessoais dos produtores
- Localização e situação fundiária da propriedade (assentamento, reforma agrária, etc.)
- Principais culturas plantadas
- Criação de animais
- Presença de áreas mecanizadas e de pastagem
- Acesso a linhas de crédito
- Interesse em participar de projetos futuros

3.2 Coleta de dados secundários:
Como instrumento para coleta de dados utilizou-se de livros, sites, fichamentos e resumos e pesquisa de campo para obtenção de informações relevantes sobre o tema em questão, dessa forma foi necessário realizar uma revisão bibliográfica e usar o método de inclusão e exclusão de autores como o site do Governo do Maranhão para obtenção de dados e políticas públicas sobre inclusão digital, outros sites como Ministério da Educação (MEC) e o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) afim de obter dados de censos recente sobre o assunto.
As informações coletadas foram organizadas, categorizadas e analisadas de forma quantitativa e qualitativa. A análise permitiu identificar padrões, tendências e necessidades prioritárias, além de subsidiar recomendações para ações futuras para construir um retrato detalhado da realidade dos produtores rurais de Nina Rodrigues, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas públicas, projetos e estratégias de desenvolvimento rural sustentável.
4. Aspectos Socioeconômicos e Demográficos da População
4.1.Caracterização demográfica e territorial
De acordo com o IBGE (2022), a característica demográfica e territorial apresenta os seguintes dados: a população estimada é de 14.551 habitantes, distribuídos em uma área de 570,938km², o que resulta em uma densidade demográfica de aproximadamente 25,5 habitantes por km²**.**
A maior parte da população reside na zona rural, o que evidencia o forte vínculo com as atividades do campo, como a agricultura familiar e a pesca artesanal. A composição racial da população é predominantemente parda, seguida por pessoas brancas, pretas, indígenas e amarelas, refletindo a diversidade étnico-cultural da região. O município também conta com comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas oficialmente, o que reforça a importância das políticas públicas voltadas à igualdade racial, à valorização cultural e ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dessas populações tradicionais.

Tabela 1 - Densidade demográfica
Fonte: IBGE (2022)

A densidade demográfica quer dizer a quantidade de habitantes por área de um determinado território. Desse modo, a densidade demográfica do município é de acordo com o último censo de IBGE, onde o município está e. 2.733º no ranking de densidade demográfica do país, em 70º no ranking de densidade demográfica do estado e 6º no ranking de densidade demográfica da região.

Figura 1 - Mapa territorial do município de Nina Rodrigues
Fonte: Google Maps (2025)

A área territorial do município é de 570,938 km², ou seja, a área total do território Ninense é o 158º do estado do maranhão em questão de tamanho territorial, banhado pelo Rio Munim, principal rio que abastece a cidade, em segundo o Rio Preto, em terceiro o Rio Riachão. Neste sentido, “o Município de “Nina Rodrigues” terá os seguintes limites: ao norte com a cidade de São Benedito do Rio Preto, partindo dos limites da cidade de Morros, no lugar Estiva Grande, descendo pelo rio Riachão até a sua foz no Rio Preto” (Prefeitura de Nina Rodrigues, 1961).

Tabela 2 - Área territorial
Fonte: IBGE (2024)

A área territorial significa o espaço geográfico delimitado por linha imaginarias que delimitam suas áreas por relações de poder, política e econômica. Assim, a Nina Rodrigues está na posição de 2.240º de 5.570 entre os menores municípios do país, enquanto no ranking por estados por estado, está na posição 158º de 127 e em relação ao ranking por região geográfica fica em 7º lugar de 9.

4.2.População:

De acordo com último censo do IBGE (2022), a população do município está distribuída em estimada é de 14.551 habitantes, onde cerca de 5.723 residem na zona urbana e cerca de 8.453 na zona rural, esse é um dado interessante, pois nota-se que a maioria da população vive da agriculta familiar ou do bolsa família. A zona rural do município é considera como uma região rica em recursos naturais e um solo rico em nutrientes, propicio para a plantação de leguminosas, verduras, frutas e cereais.

Tabela 3 - População por situação de domicílio
Fonte: IBGE (2022)

No gráfico acima, nota-se que a maior parte da população do município vive na zona rural, pois esses dados estão relacionados a condições socioeconômicas e por boa parte da população viver de atividade agrícolas e da pecuária. Logo, boa parte desses produtos agrícolas é vendido no próprio município, ajudando assim, na economia local.

Gráfico 1 - População por situação de domicílio

Fonte: IBGE (2022)

Os dados demonstram que cerca de 5.723 pessoas residem na zona urbana e 8.453 pessoas na zona rural, onde cerca de 59,63 vive na zona rural. Isso reflete uma grande predominância da agricultura familiar, constituídos por açudes, criação de animais, pesca artesanal e plantio. Portanto, o município de Nina Rodrigues está totalmente ligado a atividades rurais e isso faz com que seja política públicas sejam criadas atender melhor essas pessoas que vivem da atividade rural.

A população do município no decorrer dos anos crescer cerca de 123,7% de 1970 para 2022, logo é nítido que no decorrer desse tempo a população começou a se distribuir, tanto para zona rural, quanto para zona urbana, por uma parte isso se dá pelo uso da agricultura familiar e por outra parte por pessoas que vivem de alguma renda.
Tabela 4 - Crescimento populacional no decorrer de 52 anos
Fonte: IBGE (2022)

O crescimento populacional do município está na média de crescimentos dos municípios de até 15 mil habitantes e com o crescimento considerado médio em relação ao ranking no estado de municípios com área territorial de até 600 km². Portanto, esse crescimento indica uma estabilidade populacional, uma parte pela baixa migração de habitantes.

Gráfico 2 - Crescimento Populacional
Fonte: IBGE (2022)

Nota-se um crescimento gradual no número de habitantes do município, de 1970, tinha 6.336 habitantes no município, então em 10 anos (1970 a 1980), o número de habitantes teve um crescimento de 1.701 habitantes, pois subiu de 6.336 para 8.037. De 1980 para 1990, teve uma redução de habitantes, caindo para 539 habitantes, saindo de 8.037 em 1980 para 7.498 em 1990. Além disso, de 2000 para 2010, teve um crescimento de 4.175 habitantes, sendo um crescimento muito maior em relação aos anos anteriores, segundo o IBGE, isso se deu devido a melhorias socioeconômicas locais e expansão de programas sociais. De 2010 para 2022, o município saiu de 12.464 habitantes para 14.176 sendo um aumento expressivo no número de habitantes devido ao aumento de programas sociais, melhorias socioeconômicas, aumento no número de empregos, aumento no número de empresas com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), aumento do número da agricultura familiar com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), juntamente com a secretaria municipal de agricultura do município.

4.3.Distribuição por raça/cor

No município predomina-se de pessoas pardas, cerca de 9.859 habitantes são de pessoas pardas, seguido de pessoas brancas, com 2.507 pessoas, terceiras pessoas pretas com 1.803 e em quartas pessoas indígenas e por último, pessoas amarelas.
Tabela 5 - Distribuição por cor ou raça
Fonte: IBGE (2022)
De acordo com o IBGE (2022), essa miscigenação é retrato da forte migração de povos africanos vindos da África, enquanto a cor Parda se dá a miscigenação entre a população preta e branca. A população parda no município tem a maior quantidade de habitantes. Portanto, “no Censo 2022, definiu-se como indígena a pessoa que reside em localidades indígenas e se declarou pelo quesito "cor ou raça" ou pelo quesito "se considera indígena", e também a pessoa que vive fora das localidades indígenas e se declarou no quesito "cor ou raça" (IBGE, 2022, p. 02).

Gráfico 3 - Distribuição por cor ou raça

Fonte: IBGE (2022)

4.4. População quilombola e indígena

A população Quilombola do município está concentrada principalmente na zona rural, principalmente devido seus modos de vida ligadas ao campo e produção rural, onde a maioria vive da agricultura familiar para seu próprio sustento, logo é necessário frisar que cerca de 617 pessoas do município vivem em comunidades quilombolas.

Tabela 6 - População de auto identificação
Fonte: IBGE (2022)

Segundo o IBGE (2022), a população indígena é bem reduzida, estima-se que apenas 5 pessoas vivem em todo território do municipal, esse número reduzido se dá principalmente pela ausência de terras indígenas e pela migração.

Gráfico 4 - População Indígena e Quilombola
Fonte: IBGE (2022)

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social ([s.d]), no município existem cerca de 8 comunidades quilombolas, onde estão divididas espalhadas por todo território Nineses. De acordo com o último censo do IBGE, em 2022, 617 quilombolas viviam nessas comunidades, além disso, a pesquisa revelou que existem 8 comunidades quilombolas dentro do município de Nina Rodrigues, como Campinho, Iguará, Ilha, Lagoinha, Morada Nova, Morros, Piranha e Pirinã I.

4.5 Sexo, alfabetização e nível de instrução

A quantidade pessoas do sexo feminino no município é um pouco maior que a do sexo masculino, cerca de 514 a mais que a do que a de homens, essa leve diferença pode ser por migração de pessoas do sexo masculino para as capitais ou outros estados, por busca de melhores condições de vida, estudou eu emprego. Atualmente no município cerca de 6.831 pessoas são do sexo masculino e 7.345 do sexo feminino.
Tabela 7 - Distribuição por sexo

Fonte: IBGE (2022)

Esse padrão é comum na maioria dos pequenos municípios de todo o território brasileiro, famílias especialmente em áreas rurais, onde as pessoas tendem migrarem para outros lugares procurando novas fontes de renda para seu sustento. Essa migração se concentra na procura de novas perspectivas de vida e no sustento de sua família que geralmente ficam morando na zona rural.

Gráfico 5 - Sexo

Fonte: IBGE (2022)

A partir dessa migração, é possível perceber reflexos no índice de alfabetização da população do município, pois para as famílias que residem na zona rural que na sua grande maioria vive da agricultura familiar, tem que dividir-se entre o trabalho e os estudos, fazendo com que essas pessoas tenham uma dificuldade ainda maior ao frequentar escolas. Outro fator principal para o nível de alfabetismo na zona rural ser reduzida é as dificuldades de acesso a uma educação de qualidade, principalmente por ter que se dividir-se entre trabalho, estudos e falta de políticas públicas.

Tabela 8 - Alfabetizados e não alfabetizados

Situação	População (pessoas)	Percentual
Alfabetizados	8.357	80,37%
Não alfabetizados	2.041	19,63%

Fonte: IBGE (2022)

Avaliar o nível de alfabetização é relevante para poder traçar novas formas de recursos para subsidiar programas sociais para fomento de áreas para fortalecer a agricultura familiar, pecuária do município, pesca e empreendedorismo. Com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), juntamente com a secretaria municipal de agricultura do município, a alfabetização do campo tende a melhorar.
Desse modo, o número de pessoas alfabetizadas no município é de 80,37% contra 19,63 de pessoas não alfabetizadas.

Gráfico 6 - Alfabetização

Fonte: IBGE (2022)

Assim, o nível de instrução da população pode ser medido a partir no nível de alfabetização, pois está dentro dos 80,37% de pessoas alfabetizadas, o que é muito bom para o município, ter essa quantidade de pessoas alfabetizadas e com o ensino fundamento em andamento. No gráfico abaixo, nota-se cerca de 3.929 da população com o ensino médio completo e superior em andamento, o que pode contribuir para o crescimento municipal com mão de obra qualificada.

Gráfico 7 - Nível de instrução

Fonte: IBGE (2022)

O nível de instrução da população influencia diretamente para uma mão de obra qualificada para o município, o desenvolvimento que essa mão de obra traz tanto no campo quanto na sede do município é algo determinante para o desenvolvimento de novos métodos de produção agrícola para atender a população do próprio município e para comercialização de produtos agrícolas. Neste sentido, das 3.326 pessoas sem instrução e com o fundamento incompleto, essas pessoas que ainda estão com ensino fundamental em andamento e outra metade idosos que vieram de uma juventude difícil, onde tinha que dividir o trabalho com a falta de acesso à educação.

4.5. Principais fontes de renda

A economia local é baseada na agricultura familiar, pesca artesanal, alguns empreendimentos privados e programas de transferência de renda. Dessa forma, é necessário frisar que além dessas fontes de renda, tem também pequenas empresas que fazem o dinheiro circular ainda mais, além da prefeitura com apoio a pequenos agricultores no fomento de produção de alimentos como a farinha de mandioca, arroz, feijão, melancia, melão, pepino, milho, abobora etc.

Tabela 9 - Indicadores econômicos
Fonte: IBGE (2022)

Em 2022, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de R$ 1.212,00 reais, valor relativamente baixo, em comparação com outros municípios da redondeza, o pessoal ocupado era de 764 e a porcentagem da população ocupada era apenas de 5,39%, ou seja, de 14.176 habitantes, nem 6% da população trabalhavam de carteira assinada.

Tabela 10 - Indicadores de desenvolvimento
Fonte: IBGE (2023)

Segundo o IBGE (2022), em 2021, o PIB per capita era de R$ 5.971,88. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 213 de 217 entre os municípios do estado e na 5566 de 5570 entre todos os municípios.

Gráfico 8 - Despesas brutas do município
Fonte: IBGE (2023)

Já o percentual de receitas externas em 2023 era de 95,59%, o que o colocava na posição 60 de 217 entre os municípios do estado e na 311 de 5570. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R$ 62.352.539,69 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R$ 61.803.863,71 (x1000). Isso deixa o município nas posições 147 e 141 de 217 entre os municípios do estado e na 2879 e 2714 de 5570 entre todos os municípios.

5.Assistência Social

5.1. Transferência de renda e benefícios sociais

De acordo com a Secretária Municipal de Assistência Social de Nina Rodrigues (2025), cerca de 3.671 famílias estão cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF), ou seja, de 14.176 habitantes, cerca de 25,90% recebem estes benefícios, isso é retrato da quantidade de pessoas desempregadas no município e o que pode ser falta de políticas públicas que possam gerar mais emprego através de curso profissionalizantes para pessoas de baixa renda. 25,90% é uma taxa bem alta, é maior que a taxa de pessoas empregadas com carteira assina que apenas de 6%.

Tabela 11 - Perfil Socioeconômico das Famílias Inscritas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família

Indicador	Quantidade
Famílias cadastradas	3.671
Famílias em situação de pobreza (faixa do Programa Bolsa Família)*	2.587
Famílias com renda per capita até ½ salário-mínimo (Pobreza + Baixa Renda)	3.015
Famílias com renda per capita acima de ½ salário-mínimo* **	656
Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único	294
Famílias atualizadas nos últimos 24 meses	3.396
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	2.673
Famílias unipessoais beneficiárias do PBF	297
Famílias com situação bloqueada no PBF	27
Valor repassado às famílias pelo PBF	R$ 1.972.368,00

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Nina Rodrigues (2025)

As famílias cadastradas no bolsa família em 2025 é de 3.671, uma quantidade relativamente bem alta, em relação a quantidade de pessoas empregadas com carteira assinada de 6%. Além disso, a quantidade de famílias em situação de pobreza (Faixa do Programa Bolsa Família) é de 2.587, seguido da quantidade das famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo (Pobreza + Baixa Renda) de 3.015 pessoas. A quantidade de pessoas com salário mínimo acima do salário mínimo nacional é de 656 pessoas, onde a maioria são funcionários professores, pessoas com curso superior e empresários do município. O número de pe3ssaos com deficiência física cadastradas no Cadastro Único, é de 294.
A quantidade atual de pessoas que recebem Bolsa família no município é de 2.673 pessoas, onde 297 delas são de famílias unipessoal, famílias essas que é composta apenas por uma pessoa, sem ajuda de parentes, e 27 dessas famílias que recebem bolsa família estão com o benefício bloqueado por falta de atualização cadastral. Portanto, o repasse do Programa Bolsa Família para o município está em torno de R$ 1.972.638,00.
Na tabela abaixo, está a distribuição de famílias beneficias por localidade dos valores recebidos do PBF.

Tabela 12 - Distribuição de famílias beneficiárias e valores recebidos do Programa Bolsa Família, por zona de residência — Rural e Urbana

Localidade	Quantidade de famílias beneficiárias	Valor (R$)
Zona Rural	1.607	122.006,10
Zona Urbana	1.066	75.203,70

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Nina Rodrigues (2025)

A distribuição da quantidade de famílias beneficias do programa bolsa família está divididas entre a zona rural e urbana, onde 1.607 na zona rural, isso é reflexo da realidade econômica do município e da maior quantidade populacional do município que está contida na zona rural com 8.453 pessoas. Na zona urbana moram 5.723 e cerca de 1.066 são beneficiarias do programa bolsa família. O valor repassado ao PBF das famílias da zona rural é de R$ 122.006,10 e para a zona urbana é de 75.203,70 mensal.
Abaixo está a quantidade de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a quantidade de beneficiários no município, logo:

Tabela 13 - Beneficiários BPC

Município	Quantidade de pessoas que recebem BPC	Valor total transferido
Nina Rodrigues	161	922.953,14

Fonte: Controladoria Geral da União (2025)

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é o cedido a idosos de baixa renda com mais de 65 anos e para pessoas com deficiência física, Nina Rodrigues tem atualmente o total de 161 pessoas beneficiadas pelo BPC com um valor total transferido de R$ 922.953,14.

Figura 2 - Quantidade de famílias cadastradas no Cadastro Único em Nina Rodrigues

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025).

5.2.Restaurante popular

O restaurante popular de Nina Rodrigues, está entre os equipamentos de segurança alimentar e nutricional essenciais para captação, produção, preparo, oferta, distribuição e comercialização de comidas a um valor simbólico de R$ 1,00, isso é ótimo para que pessoas de baixa renda, trabalhadores informais beneficiários de auxílios tenham acesso diário e uma comida de qualidade por um preço bem acessível para todos. Porém, no município, o restaurante não compra alimentos dos pequenos produtores, pois os agricultores consideram que os valores pagos nos alimentos não compensam os custos produção.
Figura 3 - Inauguração do restaurante popular de Nina Rodrigues
Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2022).

De acordo com o Governo do Estado Maranhão (2022), o local serve diariamente 350 refeições, sendo 200 almoços e 150 jantares. O valor do prato é de apenas R$1,00 e são servidos de segunda a sexta-feira, das 11h às 14h30 (almoço) e das 17h às 19h (jantar).

Figura 4 - Comida na mesa a um preço simbólico de R$ 1,00

Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2022).

Com o apoio do Governo do estado, o programa apoia a agricultura familiar local e fortalecer ainda mais a economia do município. Trazendo mais dignidade e comida na mesa dos Ninenses, o restaurante popular cumpre com o seu papel de trazer mais dignidade e bem-estar a toda população.

OBSERVAÇÃO:
Até o devido ano de 2025, o município de Nina Rodrigues não obteve resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SEDES, sobre dados importantes acerca do restaurante popular instalado no município, como:

- Transparência Financeira: orçamento Anual, execução orçamentaria, prestação de contas;
- Transparência em Licitações e Contratos: Critérios de escolha de fornecedores;
- Transparência Operacional: número de refeições servidas diariamente, cardápio oferecido;
- Transparência Social: impacto social (indicadores sobre combate à fome, segurança alimentar e nutricional).
- Transparência em Monitoramento e Avaliação: relatórios de fiscalização sanitária, contábil, gestão, metas estabelecidas e resultados alcançados.

5.3.1º Conferencia Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

No dia 8 de julho de 2025, houve a primeira conferencia municipal de segurança alimentar e nutricional do município de Nina Rodrigues, essa conferencia teve como objetivo principal promover o debate sobre a produção de alimentos por produtores do município para mostrar como é importante ter apoio para que esses pequenos produtores possam produzir alimentos e sejam vendidos para escolas por meio do PNAE.
A conferência teve como objetivos:

1. Discutir o tema proposto pela VI+4 CESAN: “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”;

2. Avaliar a situação da segurança alimentar no município;
3. Apresentar propostas para fortalecer as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em nível municipal, estadual e nacional;

Foi apresentada a palestra magna pela Engenheira Agrônoma Gabriela Nunes da Piedade, engenheira agrônoma pela UFMA, mestre e doutora em Agronomia pela UNESP. A palestrante abordou o conceito de segurança alimentar e nutricional como um direito de todos, enfatizando que o problema da fome decorre da falta de acesso e não da produção, relacionando fatores como desemprego, ausência de políticas públicas para a agricultura familiar, escassez de água potável e dificuldade de acesso à terra.
Em seguida, foi apresentada a assessora especial Jeanne Souza Saraiva, graduada em Administração e Serviço Social, pós-graduada em Políticas Públicas e Mestre em Políticas Sociais, a qual realizou a explanação dos eixos temáticos da conferência, sendo eles:

1. Determinantes estruturais e macro desafios para a soberania e segurança alimentar e nutricional;
2. Sistema Nacional de SAN e políticas públicas garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);
3. Democracia e participação social.

Após a apresentação dos eixos, foram organizados os grupos de trabalho, os quais tiveram a missão de construir, no mínimo, cinco propostas de deliberação por eixo temático, observando a seguinte distribuição: 2 propostas para o município, 2 para o estado e 1 para a União. Após o lanche, os trabalhos em grupo foram realizados, com elaboração das propostas em cartolinas e posterior apresentação em plenária, onde foram aprovadas coletivamente.
Apresentação pelas Secretarias municipais de suas ações de SAN. Na sequência, a senhora Patrícia Braga retornou à plenária para abordar a construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, elaborado de forma Inter setorial pelas secretarias municipais, com apoio técnico do servidor Ewerton Saminêz Lima. A secretária Patrícia, também explanou sobre o fornecimento de alimentos no âmbito do PAA, destacando a transparência e o compromisso do município com a compra direta da agricultura familiar. Foi listado todas as propostas apresentadas, em nível do município, do estado e nacional, de forma sistematizada indicando quais propostas foram votadas.
Em seguida houve a eleição dos(as) delegados(as), priorizado metodologias para garantir vagas para os grupos específicos presentes: povos tradicionais, produtores familiares de alimentos, outras organizações da sociedade civil e do poder público e foi listado os nomes dos delegados eleitos, com entidades ou secretaria que representa, com contato em Fichas em anexo e documentos dos mesmos.
A conferência também permitiu propor medidas municipais, estaduais e federais, para dar ideia do que poderia ser feito para aumentar a produção de alimentos pelos produtores locais, com investimentos e apoio da gestão, assim foram elaboradas algumas propostas para melhoria:

Tabela 14 - Eixos

Diretriz 1: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, priorizando as famílias em insegurança alimentar de Nina Rodrigues, especialmente aquelas do CadÚnico, agricultores familiares, comunidades quilombolas, ribeirinhos e demais grupos atendidos pela rede socioassistencial.
EIXO 1 - DETERMINANTES ESTRUTURAIS E MACRO DESAFIOS PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.
PROPOSTAS MUNICIPAL
• Individualização e titulação das áreas da reforma agrária, garantindo segurança jurídica, sócio econômico da população, campo, evitando conflitos fundiários e; **• Educação alimentar e nutricional de programas nas escolas.**
PROPOSTAS ESTADUAL
• Melhorar interlocução entre governo Estadual e Municipal sobre o restaurante popular e; **• Retomada do programa mais sementes, garantindo a soberania alimentar e produtivo.**
PROPOSTAS FEDERAL
Instituir, no âmbito federal, um programa específico para municípios de pequeno porte e baixo IDH como Nina Rodrigues, voltado à construção e melhoria de infraestrutura de produção, armazenamento e distribuição de alimentos. O programa deve incluir: **• Equipamentos para agroindústrias familiares,** **• Estradas vicinais para escoamento da produção;** **• Apoio técnico e financeiro para acesso à água (cisternas, poços, sistemas de irrigação) e;** **• Pontos de comercialização direta (feiras e mercados da agricultura familiar).**
EIXO 2 – SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS GARANTIDORAS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.
PROPOSTAS MUNICIPAL
• Criar programa municipal de Hortas escolares agroecológicas e valorização e fortalecimento da agricultura familiar (priorizar os produtos de Nina Rodrigues para a compra de produtos associados) e; **• Oferecer formação permanente para servidores e produtores com foco no fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.**
PROPOSTAS ESTADUAL
• Alimentar para Educar: Programa de Educação Alimentar e Hortas nas Escolas do Maranhão e; **• Criar um programa de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em escolas públicas estaduais de municípios maranhenses, com ações como hortas escolares, formação de professores e envolvimento das famílias nas práticas alimentares saudáveis. O programa pode incluir a troca de saberes com agricultores locais e nutricionistas da rede de saúde.**
PROPOSTAS FEDERAL

• Fortalecimento do PAA com Prioridade para Municípios de Pequeno Porte e Baixa Renda e ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios com menor IDH do país, como Nina Rodrigues, garantindo a compra direta da produção de agricultores familiares locais, assentados, comunidades quilombolas e indígenas, com destinação para escolas, CRAS, hospitais, bancos de alimentos e distribuição emergencial.
EIXO 3 – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.
PROPOSTAS MUNICIPAL
• Realizar mapeamento constante dos produtores rurais para que possam vender em feiras livres seus produtos, com cronograma mensal baseado em sua produção; fortalecendo assim o escoamento da produção e a inclusão produtiva do agricultor e; **• Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, destinando um percentual do orçamento para execução das atividades diárias.**
PROPOSTAS ESTADUAL
• Incorporar continuamente os saberes e práticas alimentares tradicionais do nosso estado através das políticas públicas, estimulando a cultura local com educação alimentar e nutricional e; **• Desenvolver campanhas públicas acessíveis em rádios comunitárias, espaços educativos populares e mídias digitais, com linguagem inclusiva e regionalizada, sobre temas que promovam a segurança alimentar e nutricional, fortalecendo a agricultura familiar.**
PROPOSTAS FEDERAL
• Criar programas permanentes de formação política e cidadã voltados às mulheres, juventude rural, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, contemplando os povos e comunidades tradicionais.

Fonte: Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (2025).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome (2025), a intenção de se elaborar proposta municipais, estaduais e federais é contribuir para o planejamento de ações que promovam a produção de alimentos na zona urbana e rural. Além disso, fortalecer o direito da população a uma alimentação saudável para prevenir níveis de insegurança alimentar.

6.Quantitativo de famílias inseridas em programas sociais

- Bolsa Família com 3.671 famílias cadastradas;
- Benefício de Prestação Continuada (BPC) com 161 famílias beneficiadas;
- Maranhão Livre da Fome com 483 beneficiários;
- Seguro Defeso com 875 pessoas beneficiadas;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com 442 beneficiários;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com 10 famílias beneficiadas;
- Programa Cisternas com 90 beneficiários;
- Programa Mais Produção com 100 famílias beneficias;
- Programa Tempo de Semear com 23 famílias beneficiadas.

Isso evidencia que políticas de segurança alimentares estão inseridas no município para combater a fome, além disso é nítido que programas inseridos no setor do agro para aumentar a renda da população e consequentemente fazer a economia girar.
7.Saúde

De acordo com a Ministério da Saúde (2025), no município de Nina Rodrigues no decorrer de 13 anos de 2010 a 2023, o município registrou um total de 3.009 nascimentos, o que pode ser um significativo de estabilidade de natalidade levando em conta a quantidade da população.
Na tabela abaixo, está a quantidade de nascidos vivos nos anos de 2010 a 2023. Assim:

Tabela 15 - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) por faixa etária (2010-2023)

Ano do Nascimento	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	60 a 64 anos	Total
TOTAL	**50**	**766**	**951**	**636**	**362**	**175**	**66**	**2**	**1**	**3.009**
2010	7	64	85	44	23	14	6	-	-	243
2011	2	68	71	47	26	10	7	-	-	231
2012	5	56	52	32	26	11	4	-	1	187
2013	6	57	55	39	16	12	6	-	-	191
2014	2	55	76	48	19	13	5	-	-	218
2015	5	64	49	43	13	27	4	1	-	206
2016	5	51	67	43	24	7	-	-	-	197
2017	3	51	69	53	28	9	6	-	-	219
2018	2	45	73	53	38	13	4	-	-	228
2019	2	57	73	56	34	17	4	-	-	243
2020	5	50	67	55	24	17	6	-	-	224

2021	1	49	77	43	36	11	6	-	-	223
2022	2	49	66	43	29	9	5	1	-	204
2023	3	50	71	37	26	5	3	-	-	195

Fonte: Ministério da Saúde (2025).

Nota-se que no decorrer de 13 anos, a média de nascimentos não mudou muito, ficou relativamente constante, o único ano que ultrapassou um pouco da média foi no ano de 2010 (243 nascimentos) e 2011 (231 nascimentos). Logo, a quantidade de nascimentos teve um leve aumento, porém no ano de 2012, teve seu número mais baixo durante 13 anos.
Destaca-se o grande número de nascidos vivos na faixa etária de 15 a 29 anos, onde na faixa etária de 10 a 19 anos teve 816 nascimentos, o que reforça a importância de políticas públicas e educação sexual para adolescentes. Além disso é um desafio para a atenção básica, pois são realizas palestras com frequência sobre educação sexual, distribuição gratuita de anticoncepcional, e preservativos voltadas no sentido de minimizar os altos índices de gravidez nessa faixa etária. Portanto, a maior quantidade de gestações está na adolescência e é necessário que políticas públicas sejam ampliadas e intensificadas no âmbito de educar ainda mais essa faixa etária.
Diante disso, estão os casos de mortalidade que acompanham o cenário cronológico do município e que é baseado no decorrer de 13 anos. A tabela mostra informações sobre mortalidade por faixa etária de 2010 a 2013, tempo suficiente para traçar tendências relevantes e avaliar políticas públicas no âmbito da saúde da população e como políticas públicas são necessárias para reduzir esses números.
A seguir está dados sobre mortalidade infantil:

Tabela 16 - Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) por faixa etária

Faixa Etária	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Total**
TOTAL	**38**	**31**	**34**	**38**	**49**	**35**	**37**	**50**	**47**	**57**	**53**	**55**	**51**	**64**	**639**
Menor de 1 ano	6	5	7	3	3	0	2	5	2	5	2	4	4	4	52
1 a 4 anos	0	2	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	6
5 a 9 anos	0	0	0	1	1	0	0	0	2	1	0	0	0	2	7
10 a 14 anos	1	2	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	7
15 a 19 anos	1	1	0	1	2	1	0	0	1	0	4	0	1	0	12
20 a 29 anos	2	1	1	3	1	6	0	1	1	4	2	3	4	4	33
30 a 39 anos	2	1	5	3	3	2	1	3	4	2	7	3	3	2	41
40 a 49 anos	4	1	2	1	7	3	5	6	5	3	2	0	3	7	49
50 a 59 anos	6	2	1	4	4	5	3	2	6	1	9	8	3	8	62
60 a 69 anos	4	5	5	3	6	5	8	8	4	12	6	13	2	10	91
70 a 79 anos	10	6	6	8	7	6	6	7	7	11	12	12	15	14	127
80 anos e mais	2	5	5	11	13	7	12	16	14	17	9	12	16	13	152

Fonte: Ministério da Saúde (2025).

Na tabela acima, a maior incidência de mortalidade está na faixa etária de 60 anos ou mais, principalmente ligada a idade e a problemas de saúde, essa faixa etária tem a maior incidência de mortes devido a isso. Nota-se que a segunda maior incidência no mesmo período está em menores de 1 ano, o que preocupa, pois reflete na necessidade de buscar políticas de saúde materno-infantil. Segundo o Coordenador da Atenção Básica de Nina Rodrigues, Carleandro Costa Spindola (2025), “o pré-natal contribui para garantir uma gestação saudável e para evitar complicações no parto, além disso é essencial para a saúde tanto da mãe, quanto da criança, uma vez que a realização de um acompanhamento adequado por meio da Atenção Primaria à Saúde (APS), vai incidir diretamente na redução da taxa de mortalidade materno infantil”.

7.1. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do município
O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), permite um diagnóstico da situação alimentar e nutricional permitindo que políticas públicas possam ser inseridas e para melhorar a alimentação das pessoas contribuindo para saúde e o bem-estar social.
Com o objetivo de promover o bom desenvolvimento infantil, o município forneceu, até o ano de 2025, um total de 67 doses de vitamina A para crianças com idade entre 6 e 59 meses. Isso é reflexo da importância de dar uma boa qualidade alimentar e nutricional para essas crianças.

Figura 5 - Dosagem e Esquema para administração de vitamina A em crianças
Fonte: Ministério da Saúde (2023).
O município disponibiliza vitamina A para crianças de 6 a 59 meses com o intuito de prevenir a deficiência desse nutriente para o crescimento saudável da criança. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde do município em 2024, foram disponibilizadas cerca de 480 doses para crianças dessa faixa etária. Além disso, o município disponibiliza outras vitaminas essências para gestantes, crianças, jovens e adultos como as vitaminas do complexo B, ácido fólico e vitamina D, que são distribuídas por meio das Unidades Básicas de Saúde.
Além disso, diante da distribuição da suplementação dada pelo município para gestantes, crianças, adultos e idosos, a atenção dada a crianças nas fases iniciais de vida, de 2 a 4 anos. Segundo o Ministério da Saúde (2024), no município de Nina Rodrigues, o consumo alimentar de crianças de 2 a 4 anos, está abaixo do adequado e a ausência de mais refeições e suplementação de vitaminas, pode acarretar deficiências nutricionais até doenças crônicas.

7.2.Marcadores de consumo alimentar
A seguir o consumo alimentar indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice:

Tabela 17 - Consumo alimentar de crianças de 2 a 4 anos

Relatório do Consumo Alimentar dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice							
Ano: 2024 - Mês: TODOS							
Fase da Vida: CRIANÇA							
Sexo: TODOS							
Resultado da Consulta:							
Abrangência Municipal					**Hábito de realizar no mínimo as três refeições principais do dia**	**Total de Crianças de 2 a 4 anos**	
Região	**Código UF**	**UF**	**Código IBGE**	**Município**	**Total**	**%**	**Acompanhados (as)**
NORDESTE	21	MA	210720	NINA RODRIGUES	7	100%	7
TOTAL ESTADO MARANHÃO					**22894**	**93%**	**24.637**
TOTAL REGIÃO NORDESTE					**128370**	**90%**	**141.895**
TOTAL BRASIL					**442484**	**89%**	**496.141**

Fonte: Ministério da Saúde (2024)

De acordo com o Ministério da Saúde (2025), o consumo adequado de refeições para crianças de 2 a 10 anos é de 5 a 6 refeições, bem distribuídas durante o dia, café da manhã, almoço, lanche, jantar e ceia. No município de Nina Rodrigues, o consumo alimentar está abaixo do recomendado o que pode acarretar em problemas de saúde. A pesquisa do ministério da saúde acompanhou 7 crianças no município no ano de 2024, todas as 7 faziam apenas 3 refeições durante o dia.

7.3.Estado nutricional e saúde da população
A saúde no município é prioridade na gestão atual, pois é através dela que é possível saber dados da desnutrição infantil. Os dados do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISVAN) e os dados do e-Gestor, permitem extrair dados e percentuais necessários para que criado estratégias capazes de reduzir doenças como hipertensão, diabetes, obesidade e desnutrição. No quadro abaixo, estão os indicadores, quantidades e a fonte em que cada dado foi extraído:

Tabela 18 - Quantidade de hipertensos, diabéticos, obesos e desnutrição

Indicador	**Quantidade**	**Fonte**
Crianças com menos de 5 anos com desnutrição	11 Crianças	SISVAN (2025)
Pessoas com Hipertensão	1.033 Pessoas	Ministério da Saúde (e-Gestor APS, 2025)
Pessoas com Diabetes	281 Pessoas	Ministério da Saúde (e-Gestor APS, 2025)
Casos de Obesidade	33 Casos de todas as idades	SISVAN (2025)

Em relação à saúde e nutrição, segundo dados da Atenção Primária a Saúde (2025), cerca de 1.033 pessoas são hipertensas e 281 pessoas são diabéticas, obesidade no município tem cerca de 33, pessoas obesas e cerca de 11 crianças até 5 anos, sofre com desnutrição, vale lembrar que o município forneceu, até o momento (setembro de 2025), um total de 72 doses de vitamina A para crianças com idade entre 6 e 59 meses. Isso é reflexo da importância de dar uma boa qualidade alimentar e nutricional para essas crianças.

8. Educação

8.1. Fundamentos legais e objetivos do PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é regido pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e regulamentado pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020. Seu objetivo é contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar dos alunos, além de promover hábitos alimentares saudáveis.

8.2. Princípios e diretrizes da alimentação escolar

O PNAE prioriza a alimentação saudável e adequada, considerando a cultura, tradições e hábitos alimentares locais. Além disso, o programa valoriza o desenvolvimento sustentável e a aquisição de alimentos da agricultura familiar. O PNAE é guiado por princípios e diretrizes que visam garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos.
Alguns dos principais princípios e diretrizes incluem:

- Universalidade: Atendimento a todos os alunos matriculados em escolas públicas;
- Integralidade: Consideração das necessidades nutricionais dos alunos;
- Sustentabilidade: Promoção de práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis;
- Participação Social: Envolvimento da comunidade no planejamento e execução do programa;
- Educação Alimentar e Nutricional: Promoção da educação alimentar e nutricional dos alunos;
- Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Priorização da aquisição de alimentos da agricultura familiar;
- Qualidade e Segurança dos Alimentos: Garantia da qualidade e segurança dos alimentos servidos.

Esses princípios e diretrizes são fundamentais para garantir que o PNAE seja executado de forma eficiente e eficaz, promovendo a saúde e a nutrição dos alunos.

8.3. Gestão do PNAE no município

A gestão do PNAE no município de Nina Rodrigues, é realizada pela Secretaria Municipal de Educação, que envolve a execução de recursos financeiros federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os repasses aos estados e munícipios é feito através de 10 parcelas ao longo do ano.
Esses recursos são utilizados de forma planejada para atender às necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo.
A gestão eficaz do PNAE é fundamental para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que os objetivos do programa sejam alcançados.
Responsabilidades da Gestão Municipal:

- Planejamento e execução do PNAE;
- Aquisição e distribuição de alimentos;
- Monitoramento e avaliação do programa;
- Capacitação de profissionais da educação e da saúde;
- Integração com outras políticas públicas;
- Planejamento participativo e transparente;
- Capacitação e apoio técnico aos profissionais como os manipuladores de alimentos e estoquistas;
- Integração com outras políticas públicas e programas.

8.4. Aquisição de alimentos da agricultura familiar

Conforme a Lei nº 11.947/2009 estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos federais do PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar. Isso visa estimular o desenvolvimento econômico, segurança alimentar e nutricional e sustentável das comunidades locais conforme demonstrada na tabela 22 do repasse para o município pelo FNDE/PNAE (BRASIL, 2009).

8.5. Cardápios e nutrição escolar

Os cardápios do PNAE são elaborados pela nutricionista e responsável Técnica do PNAE do município, a Srª. Natássia Trabulsi L. e Lima com o objetivo de respeitar as necessidades nutricionais, hábitos alimentares e cultura alimentar local. Além disso, segue as orientações do Ministério da Saúde sobre promoção da saúde por meio da alimentação conforme demonstrados nos cardápios.
Atualmente no município temos cinco cardápios diferentes, de acordo com a modalidade de ensino, que são; berçário, ensino infantil, ensino fundamental, EJA (Educação Jovens e Adultos) e a modalidade de tempo integral. Todos visam atender as necessidades nutricionais durante sua permanência na escola, valorização da nossa cultura regional e incentivo a pratica de hábitos saudáveis.

8.6. Educação alimentar e nutricional (EAN)

A EAN é um eixo fundamental do PNAE, visando promover hábitos alimentares saudáveis e conscientes entre os alunos desde a infância, ajuda a prevenir doenças crônicas relacionadas à alimentação e fortalece a relação entre a escola e a comunidade.
Isso inclui a realização de atividades educativas e práticas que venham incentivar a escolha de alimentos saudáveis e a adoção de hábitos alimentares positivos.

8.7. Infraestrutura e logística

A infraestrutura e logística adequada são essenciais para garantir a qualidade e segurança da alimentação escolar. Todo gênero alimentício é armazenado e acondicionada em um estoque climatizado, equipado com freezers verticais e horizontais, para o armazenamento adequando das proteínas, polpas de frutas e queijos.
O local também dispõe de prateleiras para o correto acondicionamento dos gêneros secos, que são armazenados e dispensados respeitando conforme a data de validade dos produtos, Sistema PVPS (Primeiro que Vence, Primeiro que Sai). Além disso, tudo é supervisionado pela vigilância em saúde do município para manter o máximo de higiene possível e afim de levar alimentos de primeira qualidade para todos os alunos.

Figura 6 - Armazenamento dos alimentos
Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2025).

Na imagem acima, o armazenamento dos alimentos, com o intuito de seguir todas as diretrizes de segurança alimentar propostas pela vigilância em saúde do município. Além disso, a estrutura possui paletes de plásticos para acondicionar adequadamente todos os gêneros recebidos da agricultura familiar, como, frutas, verduras e legumes necessários para complementar os cardápios do PNAE, e assegurar a obrigatoriedade dos 30% da agricultura familiar.

Figura 7 - Estrutura e Armazenamento dos alimentos

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2025).

A estrutura do local segue os parâmetros de segurança alimentar proposta pela vigilância sanitária, com geladeiras, congeladores, paletes, caixas, tudo para armazenar de forma adequada e seguindo as normas de segurança alimentar. Além domais, toda a distribuição dos gêneros alimentícios é realizada mensalmente na casa da merenda, que em seguida é separada pelos estoquistas conforme a guias de distribuição de cada escola elaborada pela nutricionista do município de Nina Rodrigues, respeitando o número de matricula de cada escola.

5.8. Monitoramento, avaliação e controle social

O PNAE é monitorado e avaliado para garantir sua eficácia e identificar áreas de melhoria. O controle social também é fundamental para assegurar a transparência do programa e garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente. O monitoramento do PNAE, permite:

- Avaliar o impacto do programa na saúde e nutrição dos alunos;
- Identificar áreas de melhoria e implementar ajustes necessários;
- Garantir a transparência e responsabilidade na gestão dos recursos do PNAE;

O controle social é fundamental para:

- Garantir a participação da comunidade na gestão do programa.
- Assegurar a transparência na utilização dos recursos do município.
- Promover a prestação de contas e a responsabilidade na gestão do programa.

8.8. Integração com outras políticas públicas

O PNAE se integra a outras políticas públicas, como a política de segurança alimentar e nutricional, para promover a sustentabilidade e eficácia do programa.
O PNAE se integra a outras políticas públicas, como:

- Política de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Política de Desenvolvimento Rural;
- Política de Educação.

A integração do PNAE com outras políticas públicas é estratégica para promover benefícios como:

- A sustentabilidade e eficácia do programa;
- A articulação entre diferentes setores e programas;
- A maximização dos recursos e a redução da duplicação de esforços.

8.9. Sustentabilidade e inovação

A sustentabilidade e inovação são fundamentais para garantir a continuidade e eficácia do PNAE. Isso envolve a adoção de práticas sustentáveis e inovadoras na gestão do programa, como promover a eficiência e eficácia na utilização dos recursos e o fortalecimento da agricultura familiar local e a segurança alimentar e nutricional.

A adoção de práticas sustentáveis e inovadoras na gestão do PNAE pode incluir:

- A utilização de tecnologias renováveis, tais como, energia solar, sistemas de irrigação eficientes para os agricultores.
- A promoção da agricultura orgânica.
- A implementação de sistemas de gestão de qualidade, como implantação do ISO 9001 (Gestão de Qualidade), e o Controle de Qualidade para garantir a segurança e qualidade dos alimentos servidos.

8.10.Quantidade de escolas nas zonas rural e urbana
Atualmente o município conta com escolas 12 escolas municipais na zona urbana, todas essas escolas são climatizadas, com refeitórios, cantina, banheiros acessíveis, merenda escolar de qualidade, internet, sala de informática, entre outros recursos. Logo, na zona urbana possuem:

Tabela 19 - Escolas municipais localizadas na zona urbana: 12 escolas

ESCOLASOLAS
ZONA I
U.I RAIMUNDO DE OLIVEIRA CORREA
EM DOMINGOS HILTON DE JESUS COSTA
U.I JOSELINA ELICE COSTA
EM GONÇALVES DIAS
CEU MARIA QUARESMA VALE
CRECHE MARLY SARNEY
EM PROFª MARIA ASSUNÇÃO SENA
EM PROFª NHAZINHA
EM RAIMUNDO VIANA BRAGA
CRECHE ALZIRA PEREIRA COQUEIRO
CRECHE PROFª DURVALINA PEREIRA MATOS
EM FRANCISCA RODRIGUES DE SOUSA

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2025).

Todas essas escolas fazem parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante merenda escolar de qualidade para todos os alunos, contribuindo assim para um desenvolvimento saudável para todos os estudantes. Além disso, essas escolas contribuem para o desenvolvimento regional através da compra de produtos agrícolas para a merenda que faz com que alunos tenham mais qualidade vida e bem-estar.
Adicionalmente, na zona rural, possuem a maior quantidade de escolas do município, o que é algo bom, pois na zona rural está contida a maior parte da população Ninense com 8.453 na zona rural, esse é um dado interessante, pois nota-se que a maioria da população vive da agriculta familiar. Dessa forma, o número de escolas na zona rural:

Tabela 20 - Escolas municipais localizadas na zona rural: 23 escolas

ESCOLASCOLAS
ZONA II
U.I MARIA CANTANHEDE MATA
CRECHE ISABEL CARVALHO DE MESQUITA
EM JOSE RIBAMAR PEREIRA
U.I PADRE LAURINDO NETO
EM RAIMUNDO TEIXEIRA VIEIRA
U.I FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA
EM ABEL FERREIRA MEIRELES
EM IZAURA CANTANHEDE
EM PROFª MARIA DA SOLIDADE ARAUJO
ESCOLAS
ZONA III
EM ARISTON CARVALHO DE MESQUITA
EM POMPEU PEREIRA DE SOUSA
EM MARIA BENILDES QUERESMA DE MELO
EM LUIS INACIO LULA DA SILVA
EM EURIDES DE OLIVEIRA
EM RUI FERNANDES COSTA
EM RAIMUNDO ARAUJO BRAGA
ESCOLAS
ZONA IV
EM ZACARIAS JUSTINO DE SOUSA
EM VEREADOR WALFREDO FRAZAO CORRÊA
RM LUIS FRAZÃO CORRÊA
EM SÃO JOSÉ

EM JONES FORTES BRAGA
EM MARIA JOSE QUARESMA P CORREA
EM ALEX SANTANA COSTA

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nina Rodrigues (2025).

Ainda, a quantidade de escolas na zona rural reflete bem a necessidade de políticas públicas para melhoria da educação da população, com uma quantidade de 23 escolas distribuídas por zona 1, 2 e 3 para facilitar a cobertura educacional por localização. Apesar de uma atenção a mais para a zona rural, o município ainda conta com alguns desafios estruturais, falta de conectividade e logística.
No decorrer de 11 anos, a quantidade de escolas estatuais e municipais, tem alterado um pouco, nota-se que a quantidade de escolas estaduais diminuiu de 3 para 2, de 2014 até 2025, com 2 escolas estaduais no município e um anexo. Isso é reflexo do número de habitantes existentes no município, dessa forma a gestão estadual prefere priorizar a manutenção das escolas existentes e focalizar em uma educação de qualidade.

Tabela 21 - Escolas estaduais localizada em todo território Ninense

Tipo	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Estadual	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2
Municipal	38	38	37	36	36	36	36	35	35	35	35	35

Fonte: Inep (2024).

No decorrer dos anos a quantidade de escolas se manteve constante, porém em 2025, a quantidade diminuiu de 3 para 2 escolas estatuais. No ano de **2014**, eram 3 escolas estaduais e 38 municipais, No ano de **2015**, eram 3 escolas estaduais e 38 municipais, No ano de **2016**, eram 3 escolas estaduais e 37 municipais, No ano de **2017**, eram 3 escolas estaduais e 36 municipais, No ano de **2018**, eram 3 escolas estaduais e 36 municipais, No ano de **2019**, eram 3 escolas estaduais e 36 municipais, No ano de **2020**, eram 3 escolas estaduais e 36 municipais, No ano de **2021**, eram 3 escolas estaduais e 35 municipais, No ano de **2022**, eram 3 escolas estaduais e 35 municipais, No ano de **2023**, eram 3 escolas estaduais e 35 municipais, No ano de **2024**, eram 3 escolas estaduais e 35 municipais, No ano de **2025**, eram 2 escolas estaduais e 35 municipais.
De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (2025), a quantidade de escolas é fundamental para definir o valor do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para escolas municipais e estaduais. Nota-se que o repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visa melhorar a educação de todo o município.
Desse modo, o repasse do PNAE para as escolas se traduz em:

Tabela 22 - Repasse para o Município pelo FNDE/PNAE

VALOR	**DESCRIÇÃO**
R$ 442,00	**PNAE - Alimentação Escolar - AEE**
R$ 1.865,50	**PNAE - Alimentação Escolar - EJA**
R$ 14.385,00	**PNAE - Alimentação Escolar - Creche**
R$ 10.651,00	**PNAE - Alimentação Escolar - Quilombola**
R$ 41.613,50	**PNAE - Alimentação Escolar -Ensino Fundamental**
R$ 8.082,75	**PNAE - Alimentação Escolar - Pré-escola.**
R$ 14.385,00	**PNAE - Alimentação Escolar - Creche**

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nina Rodrigues (2025).

A quantidade total de repasses para o município é de R$ 91.424,75, o que pode ser visto na refeição de cada aluno. A alimentação dos alunos é bem distribuída de acordo com a necessidade de cada escola, quantidade de alunos, idade e peso, o que pode ser um diferencial na nutrição dos alunos por faixa etária e necessidade.
O cardápio de cada escola é elaborado uma nutricionista, que por sua vez elabora de acordo com a necessidade dos alunos, quantidade de alunos, idade e peso. Portanto, garantir uma alimentação saudável contribui para prevenir desnutrição, melhorando assim a qualidade de vida dos alunos.
Abaixo, estão os cardápios de acordo com cada escola:

Tabela 23 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Creche/Pré-escola

	SEGUNDA-FEIRA	**TERÇA-FEIRA**	**QUARTA-FEIRA**	**QUINTA-FEIRA**	**SEXTA-FEIRA**
1º Semana	Macarronada com carne moída, soja e cenoura ralada. ½ Laranja	Arroz com macarrão, refogado de carne moída e soja, com legumes. Farinha de mandioca (branca)	Mingau de Milho com coco ralado Melancia	Sopa de frango com macarrão, legumes (batata doce, abóbora e quiabo)	Cachorro quente com carne moída cenoura ralada e milho verde Suco de fruta

2º Semana	Sopa de carne com feijão e macarrão, legumes (batata, cenoura e maxixe)	Baião de dois com frango desfiado com cenoura e purê de abóbora. Salada: pepino e cenoura ralada	Macarronada com carne moída, soja e cenoura ralada.	Arroz com macarrão, refogado de carne moída e soja, com legumes. Farinha de mandioca (branca)	Vitamina de banana com leite ½ Laranja
3º semana	Macarronada com carne moída, soja e cenoura ralada. ½ Laranja	Arroz com macarrão, refogado de carne moída e soja, com legumes. Farinha de mandioca (branca)	Mingau de Milho com coco ralado Melancia	Sopa de frango com macarrão, legumes (batata doce, abóbora e quiabo)	Cachorro quente com carne moída cenoura ralada e milho verde Suco de fruta
4º Semana	Sopa de carne com feijão e macarrão, legumes (batata, cenoura e maxixe)	Baião de dois com frango desfiado com cenoura e purê de abóbora. Salada: pepino e cenoura Ralada	Macarronada com carne moída, soja e cenoura ralada.	Arroz com macarrão, refogado de carne moída e soja, com legumes. Farinha de mandioca (branca)	Vitamina de banana com leite ½ Laranja

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).

O cardápio da creche/pré-escola é elaborado de acordo com as necessidades dos alunos, que varia de 1 a 5 anos, geralmente a merenda é rica em nutrientes da vitamina A, que ajuda no crescimento e desenvolvimento saudável da criança, prevenindo a desnutrição. Além disso, o cardápio conta com frutas, carboidratos, proteínas, vitaminas, fibras, entre outras fontes de nutrientes.
Já no ensino Atendimento Educacional Especializado (AEE), o cardápio é elaborado de acordo com a idade dos alunos que varia de 6 a 14 anos, onde os macros nutrientes e micronutrientes têm que serem votados para o desenvolvimento ósseo do cada aluno e baseado em comida rica em cálcio, ferro e zinco, que ajuda no desenvolvimento saudável. Abaixo está o cardápio do Fundamental AEE – Quilombola:

Tabela 24 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Fundamental AEE – Quilombola

	SEGUNDA-FEIRA	**TERÇA-FEIRA**	**QUARTA-FEIRA**	**QUINTA-FEIRA**	**SEXTA-FEIRA**
1º Semana	Macarronada com carne moída, soja e cenoura ralada. ½ Laranja	Arroz com macarrão, refogado de carne moída e soja, com legumes. Farinha de mandioca (branca)	Mingau de Milho com coco ralado Melancia	Sopa de frango com macarrão, legumes (batata doce, abóbora e quiabo)	Cachorro quente com carne moída cenoura ralada e milho verde Suco de fruta
2º Semana	Sopa de carne com feijão e macarrão, legumes (batata, cenoura e maxixe)	Baião de dois com frango desfiado com cenoura e purê de abóbora. Salada: cenoura ralada com pepino	Macarronada com carne moída, soja e cenoura ralada. ½ Laranja	Chocolate quente com cuscuz de milho e manteiga	Vitamina de Banana com leite Melancia.
3º semana	Macarronada com carne moída, soja e cenoura ralada. ½ Laranja	Arroz com macarrão, refogado de carne moída e soja, com legumes. Farinha de mandioca (branca)	Mingau de Milho com coco ralado Melancia	Sopa de frango com macarrão, legumes (batata doce, abóbora e quiabo)	Suco de Fruta com Tapioca com queijo e manteiga
4º Semana	Sopa de carne com feijão e macarrão, legumes (batata, cenoura e maxixe)	Baião de dois com frango desfiado com cenoura e purê de abóbora. Salada: cenoura ralada com pepino	Macarronada com carne moída, soja e cenoura ralada. ½ Laranja	Chocolate quente com cuscuz de milho e manteiga	Vitamina de Banana com leite Melancia

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).

De acordo com a nutricionista Trabulsi (2025), o cardápio contém legumes, verduras, frutas, carboidratos, proteínas, fibras que ajudam no desenvolvimento de cada aluno de forma individualizada e baseada na realidade da escola, por ser uma escola quilombola, os alunos precisam de um maior aporte de macro e micronutrientes devido alguns alunos terem que trabalhar na agricultura com seus familiares. Logo, o valor nutricional médio das preparações é:

Tabela 25 - Valor nutricional médio das preparações do Fundamental AEE – Quilombola

Calorias (kcal)	**Carboidrato (g)**	**Proteína (g)**	**Gordura (g)**
474,6	66	23,4	13

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).

O valor nutricional médio das refeições é baseado nas necessidades dos alunos e da localidade dos mesmos, sendo assim, a quantidade de calorias (Kcal) é 474,6, carboidrato (g) é 66, proteínas (g) é 23,4 e gorduras (g) é 13. Portanto, esse equilíbrio nutricional é serve para que esses alunos possam ter mais qualidade de vida e bem-estar.
Abaixo, está o cardápio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que por sua vez tem o foco do equilibro nutricional, assim:

Tabela 26 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
1º Semana	Mingau de Milho com coco ralado Melancia	Vitamina de Banana com leite	Macarronada com carne moída e soja ½ Laranja	Chocolate quente e cuscuz de milho (Flocão)	Suco de Fruta Tapioca com queijo e manteiga
2º Semana	Mingau de Milho com coco ralado Melancia	Vitamina de Banana com leite	Macarronada com carne moída e soja ½ Laranja	Chocolate quente e cuscuz de milho (Flocão)	Cachorro quente com carne moída cenoura ralada e milho verde Suco de fruta
3º semana	Mingau de Milho com coco ralado Melancia	Vitamina de Banana com leite	Macarronada com carne moída e soja ½ Laranja	Chocolate quente e cuscuz de milho (Flocão)	Suco de Fruta Tapioca com queijo e manteiga
4º Semana	Mingau de Milho com coco ralado Melancia	Vitamina de Banana com leite	Macarronada com carne moída e soja ½ Laranja	Chocolate quente e cuscuz de milho (Flocão)	Cachorro quente com carne moída cenoura ralada e milho verde Suco de fruta

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).

No cardápio acima, na primeira semana é mingau de milho com coco ralado, melancia, vitamina de banana com leite, macarronada com carne moída e soja, mais meia laranja, chocolate quente, cuscuz de milho (Flocão), suco de frutas, tapioca com queijo e manteiga. Neste sentido, o uso de desses alimentos no decorrer da semana contribui para que o aluno se sinta bem acolhido e para que esses alunos tenham mais dignidade e qualidade de vida.
No berçário a alimentação é totalmente diferente das anteriores e quase igual ao da creche/pré-escola, pois a faixa etária de idade é praticamente a mesma, o que difere é que no berçário I, a faixa etária é a partir de 04 meses a 11 meses, então para crianças a alimentação tem que ser baseada no consumo balanceado de alimentos.
Portanto:

Tabela 27 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, berçário/creche

	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
1º Semana	Frango cozido com batata doce e cenoura Purê de abóbora Arroz	Macarronada com carne moída cenoura ralada e soja. ½ Laranja	Carne moída com legumes (quiabo, maxixe e cenoura) Feijão cozido com abóbora Arroz	Vitamina de Banana Com leite. Melancia	Sopa de carne com feijão e macarrão, legumes (batata, cenoura e maxixe)
2º Semana	Mingau de Milho com coco ralado Melancia	Sopa de frango com macarrão, legumes (batata doce, abóbora e quiabo)	Macarronada com carne moída cenoura ralada e soja. ½ Laranja	Frango cozido com batata doce e cenoura Purê de abóbora Arroz	Vitamina de Banana Com leite. Melancia
3º semana	Frango cozido com batata doce e cenoura Purê de abóbora	Macarronada com carne moída cenoura ralada e soja. ½ Laranja	Carne moída com legumes (quiabo, maxixe e cenoura) Feijão cozido com abóbora Arroz.	Vitamina de Banana Com leite. Melancia	Sopa de carne com feijão e macarrão, legumes (batata, cenoura e maxixe)
4º Semana	Mingau de milho com coco ralado Melancia	Sopa de frango com macarrão, legumes (batata doce, abóbora e quiabo)	Macarronada com carne moída cenoura ralada e soja. ½ Laranja	Frango cozido com batata doce e cenoura Purê de abóbora Arroz	Vitamina de Banana Com leite. Melancia

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).

De acordo Trabulsi (2025), para crianças de 04 a 11 meses, a alimentação tem que ser diferencia, pois na maioria das vezes legumes tem que serem amassados para facilitar na mastigação dessas crianças. Além disso, a quantidade de vitamina A, tem que está contida de forma rica nesses alimentos para que essas crianças possam se desenvolver de forma saudável.
Logo, o valor nutricional médio das preparações é baseado no cardápio e por refeição, para que não exceda a quantidade de calorias pré-definidas para cada refeição.

Tabela 28 - Valor nutricional médio das preparações do berçário/creche

Calorias (kcal)	Carboidrato (g)	Proteína (g)	Gordura (g)
385,00	63,5	16,8	9,5

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).

O valor nutricional médio das preparações varia de acordo com o cardápio de cada escola e com a faixa etária dos alunos, além disso a forma de preparo também influencia, pois quando se usa frituras as calorias aumentam devido ao óleo usado no preparo, ao contrário de alimentos cozidos as colorias são mais baixos.
Embora o modo de preparo seja um diferencial na quantidade final de calorias que será consumida, a manipulação adequada desses alimentos garante que os valores nutricionais não percam seu valor e consequentemente aumente de acordo com o acompanhamento. Sendo assim, o cardápio da escola integral segue o pressuposto de promover uma alimentação adequada e equilibrada seguindo a seguinte lista:

Tabela 29 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tempo integral 1ª a 3ª semana

	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
Lanche da manhã	Suco de Fruta Tapioca com queijo e manteiga	Chocolate quente e cuscuz de milho	Mingau de Milho com coco ralado ½ laranja	Vitamina de Banana com leite	Cachorro quente com carne moída cenoura ralada e milho verde Suco de fruta
Almoço	Carne suína acebolada assada Feijão cozido com abóbora e maxixe Arroz branco Salada: alface e tomate	Frango assado refogado com batata doce e cenoura, Feijão, macarrão ao alho e óleo e Arroz	Mexido de carne moída com ovos e cenoura ralada Arroz com macarrão. Salada: alface, tomate e pepino Farinha de mandioca	Torta de frango com legumes (batata e cenoura) Feijão carioca. Arroz ao alho e óleo. Salada: alface e cenoura ralada	Feijoada Arroz branco. Couve refogado Farinha de mandioca ½ laranja
Lanche da tarde	Vitamina de Banana Com leite Melancia	Sopa de frango com verduras (cenoura, batata doce, maxixe)	Macarronada com carne moída e soja	Sopa de carne com verduras (batata doce, abóbora e maxixe) ½ laranja	Chocolate quente e tapioca com manteiga

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).

O cardápio acima, mostra o uso de alimentos in natura, ou seja, alimentos em estado natural, especialmente frutas, legumes e verduras, além disso observa-se que o uso desses alimentos é minimamente processado para evitar o consumo de alimentos com algo índice de processamentos. Outro fator é o uso desses alimentos cozidos em forma de sopas, para manter o máximo de nutrientes possíveis por refeição.

Tabela 30 - Valor nutricional médio das preparações da Escola de tempo integral 1ª a 3ª semana

Calorias (kcal)	Carboidrato (g)	Proteína (g)	Gordura (g)
385,00	63,5	16,8	9,5

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).

Segundo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (2009), o valor nutricional acima está de acordo com as diretrizes do programa, que visa garantir uma alimentação saudável, equilibrada e diversificada para alunos da rede pública de ensino. Assim, a quantidade calorias é de 385 (Kcal), carboidrato 63,5 (g), proteína 16,8 (g) e gordura 9,5 (g), observando principalmente o equilibro nutricional de acordo com a faixa etária dos alunos.
A seguir está o cardápio da escola de tempo integral 2ª a 4ª semana, que segue a mesma base de elaboração das demais:

Tabela 31 - Cardápio Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tempo integral 2ª a 4ª semana

	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
Lanche da manhã	Mingau de Milho com coco ralado ½ laranja	Chocolate quente e cuscuz de milho (Flocão)	Vitamina de Banana Com leite	Suco de fruta Tapioca com manteiga e queijo	Mingau de Milho com coco ralado Melancia

Almoço	Frango assado refogado com batata doce e cenoura. Feijão, macarrão ao alho e óleo e Arroz Salada: alface e tomate	Carne suína acebolada assada Feijão cozido com abóbora e maxixe. Arroz. Salada: alface, tomate e pepino	Mexido de sardinha com ovos e macarrão, cenoura e batata em cubos. Feijão cozido com maxixe e quiabo. Arroz	Baião de dois com frango em cubos assado com cenoura. Purê de batata. Salada: alface beterraba e cenoura ralada	Cozidão com legumes (abóbora, batata, maxixe e quiabo) Macarrão ao alho e óleo Arroz Farinha de mandioca
Lanche da tarde	Chocolate quente e tapioca com queijo e manteiga	Macarronada com carne moída e soja	Sopa de frango com macarrão, legumes (batata doce, abóbora e quiabo)	Vitamina de Banana com leite Melancia	Sopa de carne com verduras (batata, abóbora e maxixe)

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).

Nota-se que, este cardápio segue a mesma ideia do cardápio anterior, o que muda é apenas a quantidade de calorias consumidas, que aumenta um pouco devido a faixa etária de idade dos alunos e pela durabilidade das aulas. É nítido que na terceira e quarta semana, há a necessidade de oferecer alimentos ricos em carboidratos para fornecer mais energia para aluno e mais fibras, logo o cardápio é rico em alimentos como, feijão, macarrão, arroz, alface, tomate, banana, batata doce, batata, maxixe, entre outros alimentos ricos nutricionalmente.
A quantidade energética deste cardápio se resume em:

Tabela 32 - Valor nutricional médio das preparações da Escola de tempo integral 2ª a 4ª semana

Calorias (kcal)	**Carboidrato (g)**	**Proteína (g)**	**Gordura (g)**
1.046	141	44	31

Fonte: Natássia Trabulsi L. e Lima, Nutricionista RT CRN.11-MA:2456, (2025).
A informação nutricional deste cardápio é formulada para ser totalmente balanceada e formulada de acordo com a idade, peso e altura dos alunos com base em uma dieta de 2.000 calorias (kcal). Além disso, a quantidade de calorias é de 1.046 (g), carboidratos 141 (g), proteína 44 (g) e gordura 31 (g), portanto é bem balanceada e equilibrada.

9.Atividade Agropecuária e Extrativista
A atividade agropecuária no município é caracterizada pela diversidade na criação de animais, entre elas está a criação de bovinos, galinhas, peixes, que representam a maior quantidade em produção e consumo. Além disso, a quantidade de criadores divide-se por todos o território Ninenses somando 231 criadores entre os descritos acima.
Na tabela abaixo, está a distribuição de animais por tipo de espécie e quantidade de criadores por espécie:

Tabela 33 - Distribuições por espécie e criadores

Quantidade de Criadores	**Espécie**	**Quantidade Total de Animais**
4	Animais Silvestres	14
25	Asinino	38
187	Bovino	4.586
31	Caprino	506
85	Equino	203
40	Galinha (Núcleo Inicial)	137.986
1	Javali (Núcleo Inicial)	5
25	Muar	58
14	Ovino	272
4	Peixe e seus alevinos	11.200
25	Suíno (Núcleo Inicial)	168
	Total de Criadores:	**441**
	Total de Propriedades:	**117**
	Total de Animais:	**155.036**

Fonte: AGED (2025)

De acordo com a tabela, a quantidade de criadores de animais silvestres são 4 criadores, totalizando 14 animais ao todo, já a quantidade de criadores de Asinino (jumentos, asnos ou jegues) é de 25 e a quantidade de animais é 38 animais em todo território Ninenses, o que pode ser um sinal de apesar de ser bem baixa, existem criadores e com uma relevância. A quantidade de bovinos (Boi, vaca e bezerros), é o segundo maior número entre as criações do município, com 187 criadores, o município detém de uma quantidade de 4.586 cabeças de gado.
No município existem 31 criadores de caprinos (bode, cabra e cabrito), além disso 85 criadores de equinos (cavalo, égua), possui um efetivo no total de 203 animais, que demostra uma quantidade bem interessante. Além disso, o efeito de galinhas de corte é bem alto, com 137.986, distribuídos por 40 criadores, essa quantidade de criadores é importante para a economia municipal, pois grande parte da criação de galinhas é vendida nos comércios, supermercados e para escolas do município, contribuindo assim, para o desenvolvimento alimentar da população.
Depois vem a criação de Javali com 1 criador e 5 animais, depois a criação de Muar (mulas e burros), com 58 animais, Ovinos com 14 criadores e um efetivo de 272 animais, Suínos (porcos), com 25 criadores e um número de 168 animais e por último a criação de Peixes e alevinos que tem forte mercado no município, sendo comercializado no município e para outras cidades vizinha.
De acordo com o IBGE (2025), possuir essa quantidade de criadores e esse número total de animais, principalmente os de corte como: bovinos, galinhas, suínos, peixes, desempenha um papel para o plano municipal de segurança alimentar e nutricional local, pois é através da autonomia desses criadores em criar e produzir, que será repassado e comercializados no mercado local, gerando acessibilidade a produtos agropecuários importantes para a segurança alimentar e nutricional da população em geral, quanto maior a oferta, menor será o preço dos alimentos e consequentemente a demanda aumenta sob esses alimentos.
Diante deste cenário, temos a produção agrícola do município que é muito importante para que a população tenha acesso a produtos produzidos no próprio município. Logo:
Tabela 34 - Produção agrícola e frutífera

Cultura	Produção (t)	Valor da Produção (R$ mil)	Área Colhida (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)
Mandioca	1.543	918,00	200	7.715
Arroz	143	151,00	176	813
Milho	54	41,00	127	425
Feijão	4	10,00	11	364
Banana	13	9,00	2	6.500
Laranja	6	5,00	1	6.000

Fonte: IBGE (2023)

A produção agrícola local traz como a destaque a produção da Mandioca, com uma produção de 1.543 toneladas no ano de 2023 e com um valor da produção de R$ 918.000, possui o maior rendimento médio, 7.715 kg/ha, consolidando-se como a principal fonte de renda entre a produção agrícola do município. Seguido pela produção de fruticultura, onde a Banana e a Laranja têm se destacado nos últimos anos, com uma produção de 19 toneladas e com um rendimento de 6.000 a 6.500 kg/ha, tem sido uma ótima alternativa de renda para os produtores agrícolas do município. O arroz embora com o rendimento médio de 813 kg/ha, ocupa uma área significativa de produção local, gerando uma produção de 143 toneladas traz um valor econômico relevante para o setor. Depois a produção de Milho, com uma produção de 54 toneladas, está em terceiro entre os produtos agrícolas mais produzidos no município e por último o Feijão, com uma produção de 4 toneladas, está entre as menores produções agrícolas do município.
Diante dessas informações, destaca-se a presença de programas de fomento à atividade rural no município. Esse indicador reflete políticas públicas para a economia Ninense, o que gera mais acessibilidade e adesão a famílias a créditos rurais para que a produção possa aumentar ainda mais.

Na tabela abaixo, está programas de fomento que alavancam ainda mais os indicadores de fortalecimento agro local:

Tabela 35 - Programas de fomento à atividade rural

Nome do Programa / Ação	Indicador	Quantidade de Famílias Beneficiadas (2024)	Valor Repassado
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Famílias com acesso ao crédito rural subsidiado	442	25.000.000,00/ano
PNAE – Compra da Agricultura Familiar para Merenda Escolar	Famílias fornecedoras de alimentos para o PNAE	10	362.593,40/ano
Feiras da Agricultura Familiar	Famílias participantes das feiras semanais	30	NÃO INFORMADO

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (2025)

As políticas de SAN têm contribuído, dentre os programas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como principal programa de apoio a pequenos agricultores locais com um total de 442 famílias beneficiadas e com um valor repassado de R$ 1.050.000,00, esse valor representa um incentivo à produção agrícola para compra de equipamentos, sementes, insumos, dentre outros recursos.

Em segundo o programa Compra da Agricultura Familiar para Merenda Escolar (PNAE), com um total de 10 famílias beneficiadas e um valor repassado de R$ 362.593,40, é outro programa que evidencia e valoriza a produção agrícola. Já as feiras, embora não possua um valor informado do repasse, é uma fonte de renda para agricultores da região o que aumenta o poder econômico dessas pessoas.

9.1. Agricultura

O desenvolvimento rural sustentável depende do conhecimento aprofundado sobre a realidade dos produtores e produtoras que atuam no campo. Neste contexto, o presente relatório de diagnóstico busca apresentar uma análise detalhada das condições produtivas, socioeconômicas e organizacionais dos agricultores do município de Nina Rodrigues.
O diagnóstico rural é uma etapa fundamental para o planejamento e execução de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no campo. No município de Nina Rodrigues, foi realizado o levantamento detalhado junto aos produtores familiares da zona rural, com o objetivo de conhecer a realidade produtiva, social e econômica das famílias envolvidas nas atividades agrícolas.
A partir da coleta de informações junto às famílias rurais, associações e lideranças locais, foi possível identificar os principais desafios enfrentados, bem como as potencialidades e oportunidades existentes para o fortalecimento da agricultura local. O levantamento incluiu aspectos relacionados à produção agrícola, infraestrutura, acesso a tecnologias, comercialização e políticas públicas voltadas ao setor.

9.2. Perfil do produtor
A partir da análise dos dados coletados, foi possível identificar padrões significativos na prática agrícola dos produtores rurais de Nina Rodrigues. E desta forma no presente diagnóstico foram registrados um total de **772 produtores** cadastrados e **43 povoados** foram atendidos. O levantamento realizado nos povoados mostra um total de 551 (71%) produtores do sexo masculino e 221 (29%) do sexo feminino, com o pode ser observado no gráfico 9. Essa diferença indica que, de forma geral, a população masculina é predominante nos povoados analisados.
Gráfico 9 - Sexo dos produtores

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (2025)

Quando observamos povoado por povoado, percebemos que alguns apresentam maior equilíbrio, como Arariba e Vila Pedra Grande, enquanto outros são bem mais desproporcionais, como Buriti e Albino, com forte presença masculina. Há também casos em que o número de mulheres é superior, como no Povoado Mucambinho e em Volta do Mundo.
Esses dados ajudam a compreender a distribuição demográfica por sexo, podendo subsidiar ações de políticas públicas, planejamento comunitário, projetos sociais e até mesmo estratégias voltadas para saúde, educação e assistência social.
Em relação aos dados de escolaridade, a amostra total evidencia um quadro de desigualdade educacional, com forte concentração nas etapas iniciais de escolarização e baixa proporção de pessoas que alcançaram níveis mais elevados de ensino, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Nível de Escolaridade dos Produtores Rurais
Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (2025)

Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas para a ampliação da alfabetização de jovens e adultos, redução da evasão escolar no ensino fundamental, incentivo à conclusão do ensino médio e criação de oportunidades de acesso ao ensino superior.
Há grande variação no tamanho das áreas: desde lotes muito pequenos (0,1 ha) até propriedades acima de 300 ha. A maioria das unidades familiares concentrasse em áreas pequenas ou muito pequenas (até 1 ha), sugerindo predominância da agricultura de subsistência. Alguns povoados apresentam concentração fundiária expressiva, com poucos lotes muito grandes que elevam a média total. A grande maioria (76%) das áreas têm menos de 1 hectare. Isso indica que os estabelecimentos analisados são, em sua maior parte, de agricultura familiar ou de pequena produção, com forte fragmentação da terra, como pode ser observado na Figura 3. Cerca de 18% das áreas estão na faixa de 1 a 5 hectares. Esse grupo é o segundo mais representativo e ainda está dentro do perfil de pequenas propriedades. Apenas 3% das áreas possuem entre 5 e 10 hectares e outros 3% têm mais de 10 hectares.
Gráfico 11 - Tamanho da área

Fonte: Secretária Municipal de Agricultura (2025)

Os povoados Remanescente, Santa Isabel, Santo Antônio, Pirinã, Convento, Balaiada, Palmares, Buriti, Santa Rita apresentam áreas pequenas predominantes, onde a maior parte das áreas está abaixo de 2 há, isso revela uma forte fragmentação fundiária. Essas comunidades provavelmente enfrentam limitações para produção excedente e dependem de agricultura de subsistência.
Os povoados São Josezinho (302,7 ha), Vila Esperança (250,9 ha), São Domingos (244,4 ha), Vila Santa Helena (305 ha), Vila Pedra Grande (232 ha), Albino (175 ha) apresentam médias e grandes áreas. São povoados com grandes extensões declaradas. É provável que coexistam pequenos lotes com propriedades de maior porte. Essas diferenças internas podem indicar desigualdade de acesso à terra. Alguns povoados apresentam áreas com zero ou próximas de zero: Vários registros aparecem com valores nulos, o que pode indicar famílias sem acesso efetivo à terra (posse precária ou trabalhadores sem lote).
Esses dados apontam algumas implicações socioeconômicas: agricultura familiar fragilizada: grande parte da população rural tem áreas muito reduzidas (<1 ha), insuficientes para garantir renda estável, concentração fundiária: poucos lotes de centenas de hectares contrastam com uma centena de minifúndios, reproduzindo desigualdades históricas, necessidade de políticas diferenciadas e pequenos agricultores demandam apoio em assistência técnica, crédito, insumos e acesso a mercados.
Desta forma o diagnóstico fundiário mostra que, embora existam propriedades grandes, a maioria dos povoados é marcada por minifúndios e até situações de ausência de terra. Esse quadro reforça a importância de políticas públicas específicas de reforma agrária, apoio à agricultura familiar e combate à desigualdade no acesso à terra.
Dos 43 povoados avaliados, 35 possuem pelo menos uma propriedade com registro de CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), ou seja, em mais de 80% dos povoados há algum nível de regularização ambiental, 8 não possuem nenhum registro, indicando ausência total de CAF nos lotes analisados. Alguns povoados apresentam alta proporção de registro como Amapá dos Lucindos, Palmares e Buriti. Esses povoados demonstram maior adesão à regularização ambiental, o que pode refletir em um maior acesso à informação ou apoio institucional, organizações comunitárias ativas; maior interesse dos produtores em acessar benefícios do CAR/CAF (crédito rural, projetos etc.).
Entre os 8 sem nenhum CAF (Pirinã, Convento, Volta do Mundo, Mucambinho, Baiana, Cajueiro, Campestre, Barreira Vermelha e Boa Vista), a situação é mais delicada. Esses povoados estão fora do processo de regularização, o que pode gerando dificuldades de acesso a crédito agrícola, restrição em programas de apoio e projetos ambientais e risco de insegurança jurídica na posse e uso da terra.
O levantamento revela um quadro heterogêneo: alguns povoados estão bem adiantados, outros totalmente ausentes e muitos em fase inicial.

Políticas públicas direcionadas devem priorizar os povoados sem nenhum registro para ampliar a inclusão. O mapeamento é um instrumento estratégico para planejamento municipal e comunitário, ajudando a identificar onde investir em capacitação, assistência técnica e campanhas de mobilização.

9.3. Perfil da Agricultura

A maioria dos povoados não possui irrigação, dependendo de regimes naturais de chuva, o que acaba limitando a diversidade e produtividade agrícola, principalmente em períodos de estiagem. Em relação às culturas vários povoados apresentam em média 4 tipos de culturas cultivadas, revelando certa diversidade agrícola, sendo representadas pelo milho, mandioca arroz e feijão, variedade que inclui os alimentos básicos e de subsistência, garantindo segurança alimentar local.

Alguns povoados mantêm práticas de extrativismo, variando entre 0 a 3 produtos coletados, destacando o Babaçu, Açaí e Buriti. Isso mostra que a coleta de recursos naturais ainda tem papel complementar na economia das famílias. A presença de ervas medicinais é mínima (em geral zero), sugerindo que a prática é pouco explorada ou não registrada formalmente. Alguns povoados, como Remanescente e Santa Isabel, já contam com iniciativas agroindustriais (2 registros cada). Isso indica potencial de agregação de valor à produção agrícola, mesmo que ainda incipiente.

A grande maioria dos produtores utiliza a técnica tradicional da roça no toco, método que reflete práticas culturais consolidadas ao longo do tempo e que, embora eficaz para subsistência, apresenta limitações em termos de produtividade e manejo sustentável. As culturas mais comuns incluem milho, arroz, mandioca, feijão, melancia, quiabo, maxixe, pepino e abóbora, sendo a produção realizada de maneira predominantemente rústica. É frequente a adoção do consórcio de culturas ou plantio misto, estratégia que favorece a diversificação, a segurança alimentar e o uso eficiente do solo.

O município apresenta baixa produção agrícola, coexistindo com elevados índices de insegurança alimentar. O extrativismo ainda aparece como complemento, enquanto a agroindústria começa a surgir como alternativa para transformar e valorizar a produção local.

9.4.Produção Agrícola local

Com base na pesquisa de campo realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (2025), cerca de 515 (71%) produtores do sexo masculino e 221 (29%) do sexo feminino, totalizando 772 produtores locais, logo é possível visualizar que cerca de 5,3% da população é responsável pelo abastecimento local de alimentos. No município de Nina Rodrigues possui 14.176 habitantes e apenas 5,3% da população produzem alimentos. Contudo, o município apresenta como suas principais fontes de produção agrícola a farinha de mandioca, arroz, feijão, milho, melancia, coco babaçu, quiabo, maxixe, melão, macaxeira, onde a maior produção vem da agricultura familiar para a própria subsistência e para comercialização, que representa cerca 5,3% dos produtores rurais do município.

9.5. Pecuária

Nesse panorama, destaca-se os povoados de Albino e Amapá dos Lucindos 2 que concentram as maiores áreas de pastagens. Os dados em relação ao rebanho bovino não são tão expressivos, trazendo apenas Amapá I com algum destaque. A criação de aves é expressiva em Amapá dos Lucindos 2 e Amapá dos Catarino, mostrando foco em avicultura. E em relação a produção de suínos, novamente Amapá dos Catarino se sobressai, com produção bem maior que os demais povoados.

O povoado Albino apresenta maior área de pastagem com 45,7 ha, indicando vocação para a pecuária extensiva. Contudo mantém um rebanho modesto de bovinos com apenas 18 cabeças, o que sugere baixa lotação por hectare. Já em relação à Criação de aves apresenta uma produção expressiva com 200 aves, provavelmente para consumo e venda local. Apresenta uma pequena criação de suínos com 6 unidades apenas. Em suma, esse povoado a presenta forte disponibilidade de terra, mas baixa densidade animal com elevado potencial para intensificação da pecuária.

O povoado Amapá dos Lucindos 2, apresenta a segunda maior área de pastagem com 41,8 há, com rebanho bovino de 14 cabeças, considerado pequeno considerando a disponibilidade de pasto. Registra a maior produção de aves entre todos os povoados com um número de 528 e uma produção intermediaria de suínos

com 29 animais. De forma geral apresenta um perfil diversificado, com forte ênfase na avicultura e boas condições para ampliar bovinos pela área de pastagem disponível.

Amapá I apesar de possuir uma área de pastagem moderada com 16,4 há, apresenta o maior rebanho bovino entre os povoados com 21 cabeças. Em relação a avicultura registra uma produção de médio porte com 74 aves e uma criação modesta de suínos com 7 animais apenas. Já o povoado Amapá dos Catarinos não possui área de pastagem registrada, com um rebanho de apenas 3 cabeças, entretanto registra uma produção bastante elevada de aves com 290 animais e com destaque para a suinocultura também com 40 suínos, esse foco nestes dois tipos de produção mostras uma tendência para sistemas de produção mais intensivos, sem depender de pastagem.

9.6. Políticas Públicas

Em diversos povoados, a maioria dos produtores não possui acesso ao crédito, revelando uma baixa inclusão financeira. Os povoados Alto Alegre, Veridiana e Amapá dos Lucindos 2 têm um volume considerável de respostas negativas, mostrando dificuldades em acessar crédito. Povoados menores, como Albino, apresentam equilíbrio maior entre os que possuem acesso ao crédito e os que não possuem, mas ainda com maioria negativa. Isso indica que a maioria das comunidades enfrenta barreiras no acesso a linhas de crédito rural.

Contudo em relação ao interesse, o cenário aqui é bem mais favorável a maioria dos povoados há forte predominância de respostas positivas. Isso revela que, mesmo sem acesso efetivo ao crédito, os produtores têm vontade de participar de políticas públicas e programas de apoio. Povoados como Remanescente, Alto Alegre e Veridiana, Amapá dos Lucindos 2 aparecem com alto número de interessados.

Quando se trata de acesso ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), observa-se que neste quesito, os resultados são majoritariamente negativos: a maioria dos povoados respondeu de forma negativa. Isso mostra uma baixa participação ou integração das comunidades nesses programas. Apenas alguns casos pontuais registram respostas positivas, sugerindo que as políticas ainda não chegaram de forma efetiva ou acessível às famílias.

Existe um descompasso entre o interesse e a efetividade das políticas públicas, o interesse é alto, revelando disposição das comunidades em aderir a programas de apoio. Entretanto, o acesso ao crédito e a inserção nos programas PAA/PNAE são limitados. Isso sugere a necessidade de expandir linhas de crédito acessíveis, adaptadas à realidade das pequenas áreas produtivas; aproximar programas de aquisição (PAA/PNAE) das comunidades, eliminando barreiras burocráticas e logísticas e fortalecer assistência técnica e extensão rural, para converter o interesse em participação efetiva.

9.7. Piscicultura

A maioria dos registros é de tanques escavados, seguidos por alguns casos de açudes. Apresenta grande diversidade de espécies cultivadas, com destaque para Tambatinga, Tambaqui e Tilápia, além de espécies complementares como Pacu manteiga e Piau. Essa variedade indica busca por

espécies de fácil adaptação e boa aceitação de mercado. Quando se fala em Insumos e manejo, podemos observar que a maioria utiliza rações comerciais em diferentes fases (28%, 32%, 36%, 40%), demonstrando um certo nível de manejo técnico. Também há uso alternativo, como milho, sugerindo práticas de alimentação mais tradicionais e de menor custo.
Os registros sobre o número de tanques e a área variam de 1 a 8 por povoado, onde as áreas vão de pequenos tanques com 30 m2 até estruturas maiores com 1500m2, o que demonstra grande heterogeneidade produtiva. Em relação a produção média por ciclo, podemos observar que houve uma grande variação entre os povoados. Pequenos sistemas produzem entre 20 e 100 peixes por ciclo. Médios sistemas variam de 300 a 800 peixes. Casos de maior expressão chegam a 1000 a 4000 peixes por ciclo como em Cajazal e Palmares. Isso mostra que alguns povoados já têm produção comercial estruturada, enquanto outros ainda operam em escala de subsistência.
Esses resultados evidenciam não apenas a riqueza e diversidade da produção local, mas também apontam desafios e oportunidades para o fortalecimento da agricultura em Nina Rodrigues, fornecendo subsídios para ações de capacitação, modernização tecnológica e desenvolvimento sustentável do setor rural.

9.8. Atividades Pesqueiras e Economia da Pesca

A atividade pesqueira e economia da pesca, se volta para a piscicultura privada, onde a maiorias dos agricultores possuem tanques escavados (açudes), para a criação e comercialização de espécies de peixes, entre as espécies de peixes está o Piau, Tambaqui, Tambatinga, Tambacu e Pacu.
A infraestrutura da dos açudes é composta por viveiros escavados de diversos tamanhos, possui um sistema de filtragem e aeração que garantem a qualidade da água e o bem-estar do peixe. A produção baseia-se principalmente na criação de Piau, Tambaqui, Tambatinga, Tambacu e Pacu, espécies muito populares no mercado local, são criados em viveiros escavados que permitem um maior controle sobre as qualidades da água e a densidade dos peixes.

Figura 8 - Sistema de oxigenação dos açudes
Fonte: Instituto Federal do Maranhão (2024).

A piscicultura por mais que seja feita por pequenos produtores ela faz parte do principal sustento dos moradores mostrando uma forma para o dono ganhar o dinheiro extra e gerar o crescimento da economia local trazendo novos equipamentos ferramentas e contribuindo com o desenvolvimento comercial do município e social, além disso, gerando de forma indireta mais empregos.
Sabemos que os desafios sempre vão fazer parte na produção de peixes ou de qualquer outro animal e que o manejo adequado possa ser um recurso a ser utilizado

para contornar esses desafios gerando sempre uma preocupação sustentável e sólida no mercado de venda de peixes. Além disso, a comercialização dos peixes geralmente é feita para as escolas do município por meio do PNAE, hospitais, repartições públicas entre outros, tudo isso contribuindo para crescimento do pequeno agricultor

9.9. Pesca artesanal: comunidades, volume e espécies
A pesca artesanal é geralmente é feita por moradores do município de Nina Rodrigues para consumo próprio e para a comercialização no mercado municipal, com um total de 2 toneladas de pescados, entre os peixes mais pescados no rio estão: mandi, piaba, piau, piranha, traíra, curimatá, bico de pato, pescada, surubim entre outras espécies. Portanto, o Rio Munim é muito importante para os ribeirinhos que vivem da pesca no município gerando renda e diminuindo a insegurança alimentar no município.

Figura 9 - Pesca artesanal no Rio Munim no município de Nina Rodrigues
Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (2025).

De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura (2025), Nina Rodrigues tem uma produção anual de 2 toneladas de pescados, esses peixes são comercializados no próprio município e consumidos por ribeirinhos. O pescado Ninense além de gerar renda, contribui para a redução da insegurança alimentar, diminuindo níveis de desnutrição e promovendo uma alimentação mais saudável.

9.10. Auxílio da pesca e renda gerada

A renda gerada pela comercialização do pescado Ninense é bem baixa, muitas vezes para o próprio consumo dos ribeirinhos, que de forma artesanal com a utilização de tarrafas, redes de pescas, anzóis, pescam para o próprio consumo ou para vender no mercado municipal, auxiliando na renda desses pescadores. Além disso, os pescadores recebem um auxílio do governo para auxilia-los no período da piracema, chamado de seguro defeso, o município possui um total de 875 pessoas que recebem este benefício.
Abaixo está a tabela da quantidade de pessoas que recebem seguro defeso no município:
Tabela 36 - Seguro defeso

Município	**Quantidade de pessoas que recebem seguro defeso**	**Valor total transferido**
Nina Rodrigues	875	5.035.844,00

Fonte: Controladoria Geral da União (2024).

De acordo com a Controladoria Geral da União (2024), no município a quantidade de pessoas que recebem seguro defeso é de 875 pessoas e com um total de repasse de R$ 5.035.844,00 para os beneficiários. Nota-se que muita gente vive da pesca e o benefício ajuda na renda desses ribeirinhos, principalmente na época de piracema. A comercialização do pescado do Rio Munim não é vendida para o PNAE, exatamente pela baixa produção e pela falta de um sindicato que auxilie o pescador na hora de pescar e vende-lo.

9.11. Comercialização, feiras e mercados locais

As feiras livres e o mercado municipal de Nina Rodrigues, apresenta uma alternativa para a comercialização dos produtores rurais do município, com a comercialização de carnes, peixes, frango, verduras, legumes, frutas entre outras, grande parte dos produtos, principalmente de origem animal é dos próprios criadores de animais do município.
No dia 1º de maio (Dia do Trabalhador), é realizado feiras para fortalecimento da atividade rural com grande participação de empreendedores rurais do município com diversas opções de alimentos produzidos no próprio município, dentre os alimentos produzidos estão:

6.2.1. Grãos e cereais:

- Milho;
- Arroz;
- Feijão Branco (novo);

6.2.2. Hortaliças:

- Alface
- Couve
- Cebolinha
- Coentro
- Pimentão
- Quiabo
- Maxixe

6.2.3. Frutas regionais:

- Juçara;
- Murici;
- Banana;
- Melancia.

6.2.4. Tubérculos e raízes:

- Mandioca;
- Batata-doce.

6.2.5. Produtos derivados:

- Farinha de mandioca;
- Goma (para tapioca);
- Beiju;
- Azeite de coco babaçu;
- Mel de abelha;
- Polpas de frutas regionais (Juçara, Buriti, Murici).

6.2.6. Temperos e condimentos:

- Pimenta de cheiro;
- Pimenta malagueta.

6.2.7. Outros itens típicos:

- Ovos caipiras;
- Galinha caipira viva ou abatida;
- Peixes de tanque escavado (Tambaqui, Tambatinga, Pacu, Piau, entre outros);
- Ervas medicinais (boldo, mastruz, hortelã).

Figura 10 - Feira do agricultor e da mulher empreendedora
Fonte: Secretária Municipal de Agricultura (2025)
A feira do agricultor acontece todos os anos no dia do 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador, neste dia muitos agricultores do município se reúnem em um espaço dedicado a eles, para trazerem seus produtos para comercialização. Produto esses, que são produzidos a partir de alimentos orgânicos, sem adição de agrotóxicos e que ajuda a movimentar o comércio local, ajudando assim no desenvolvimento econômico do município.
Além disso, a Festa do Trabalhador Ninense, reúne mulheres empreendedoras, que vendem roupas, perfumes, bijuterias, bolsas, sandálias, entre outros produtos, isso tudo com o intuito de alavancar o comércio local, trazendo mulheres empreendedoras para venderem seus produtos.

10.Saneamento Básico
10.1.Abastecimento de Água
Segundo dados do Instituto Água e Saneamento (2024) “em Nina Rodrigues, **42,45%** da população recebe água potável por Rede Geral de Distribuição, geralmente vinculada a serviços públicos de abastecimento. Na figura abaixo, está a % da população que recebe água potável através de diversas fontes como rios, encanação, poços e outros.
Figura 11 - Principal forma de abastecimento de água
Fonte: Instituto Água e Saneamento (2024).

Na zona rural, o abastecimento de água é oriundo também de poços artesianos, advindos de Programas como Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA), que traz água potável de poços artesianos para beneficiar comunidades em que a atividade agrícola é predominante.
É possível ver o número de domicílios que utilizam as formas de abastecimento de água da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), por meio da canalização que leva água tratada para vários domicílios da zona urbana. Abaixo está uma figura que representa bem esses dados:
Figura 12 - Modalidades de captação de água para abastecimento
Fonte: Infosanbas (2025)

Através da Rede Geral da CAEMA, cerca de 912 domicílios recebem água tratada através de encanamentos e cerca de 360 domicílios na zona rural recebem essa mesma forma de abastecimento. O Segundo o IBGE (2022), município conta com 19km de encanamento, desse total não é especificado quantos km fica na zona rural ou na zona urbana, logo a rede geral abastece 1.272 domicílios com água tratada. Além disso, o município conta com outras formas de captação de água, como através de poços e cisternas que não são tratadas e consequentemente não é própria para o consumo, apenas para serviços como irrigação, preparo de comida e higiene.
A água potável é distribuída através de encanamentos da CAEMA, onde o município conta com 19km de canos para o abastecimento de água potável proveniente do Rio Munim. A água é tratada e chega nas economias do município através da canalização, entre os bairros onde a água potável chega através de rede geral de abastecimento da CAEMA, estão os bairros:

Tabela 37 - Bairros abastecidas pela CAEMA

ZONA 1
BAIRROS
CENTRO
CONJUNTO VILA MADALENA BRAGA
CONJUNTO VILA DA MANGA
PALMEIRAL
PIÇARREIRA I (ABASTECIMENTO COM PROBLEMA)
PIÇARREIRA II (ABASTECIMENTO COM PROBLEMA)
COHAB
SANTANA
LAGOINHA

Fonte: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (2025)

A cobertura da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão chega em alguns bairros da sede do município, porém em bairros como Piçarreira I e II, Casulo e Conjunto Vila Isabela a CAEMA não abastece devido a Insuficiência de vazão produzida pela única bomba que tem na central de abastecimento (GARCÊS PAULO, 2025).
Segundo a CAEMA (2025), os bairros, comunidades e povoados onde a água encanada/tratada que não são abastecidos pela companhia:

Tabela 38 - Comunidades, povoados e bairros sem abastecimento da CAEMA

ZONA 1	**ZONA 2**	**ZONA 3**	**ZONA 4**
COMUNIDADE/BAIRROS	**POVOADOS**	**POVOADOS**	**POVOADOS**
CASULO	CAMPINHO	GATO	VILA IGUARÁ
CONJUNTO VILA ISABELA	RETIRO	ARARIBA	POV IGUARÁ
MÃE ROSA	AMAPÁ DA LUCINDA	BUENOS AIRES	SANTA HELENA
ESTICA	BARRA DA BURITIRANA	MUCAMBINHO	CHÃO DURO
PEDRA GRANDE	PALMARES	VOLTA DO MUNDO	VILA MUNIM
ALBINO	REMANESCENTE	ILHA	BOA VISTA
CACHOEIRINHA	SANTA ISABEL	VILA ESPERANÇA	BARREIRA VERMELHA
SANTA ROSA	RIACHÃO	BARRA DO RIO PRETO	ZORRA
SERRA LIMPA	BARRA DO ROSA	SANTA RITA	VILA BACURI
BAIANAS	SÃO JOSÉZINHO	BURITI	CAMPESTRE
PUBA	AMAPÁ DOS CATARINOS	MANGUEIRA	CAJUEIRO
PCA VELHO LAZARO	BALAIADA	-	SÃO DOMINGOS DO CHIQUITO
MANGUEIRINHA	SÃO JOSÉ DOS PRETOS	-	CARNAUBINHA
-	VERIDIANA	-	TIBURSO
-	PIRINÃ	-	
-	CONVENTO	-	
-	SANTO ANTÔNIO	-	-

-	SÃO DOMINGOS	-	-
-	MACACOS	-	-
13	**19**	**11**	**14**
		ZONA 1 →	**13 COMUNIDADES/BAIRROS**
		ZONA 2 →	**19 POVOADOS**
		ZONA 3 →	**11 POVOADOS**
		ZONA 4 →	**14 POVOADOS**

Fonte: Secretária Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (2025)

Nota-se que toda a zona rural do município não tem acesso a água fornecida pela CAEMA, esse abastecimento seria para levar água potável para toda a população e assim gerar mais qualidade de vida para os moradores. Outro fato é sobre bairro dentro da sede, como é o exemplo do Conjunto Vila Isabela e Casulo, que falta a instalação de canos e por causa da Insuficiência de vazão produzida pela única bomba que tem na central de abastecimento.
Porém isso não quer dizer que a pulação não tem acesso a água potável, todas essas comunidades, bairros, povoados possuem poços artesianos que fornecem água para os moradores. Portanto, a % de escolas na zona urbana e rural que possuem água potável:
Figura 13 - Água potável em escolas da zona urbana e rural
Fonte: Infosanbas (2025)

De acordo com a figura acima, 100% das escolas localizadas na zona urbana possuem água potável e 96% das escolas na zona rural possuem água própria para o consumo. Através do Programa Cisternas que em 2018 beneficiou 90 famílias da zona rural e através de programas do Governo do Maranhão “Sistema Simplificado de Abastecimento de Água” onde ajuda não só famílias, mas como escolas, unidade básica de saúde entre outros locais.
Além disso, dentre os projetos implementados pelo município está o abastecimento de água potável a comunidades, povoados e bairros onde a atividade rural é predominante como na comunidade Mangueira.

Figura 14 - Inauguração de SSAA em Nina Rodrigues vai beneficiar 30 famílias
Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (2025).
O objetivo é levar água potável para diversas comunidades do município para fortalecer a atividade rural e garantir água para produção de alimentos e para o consumo. Neste sentido, “a água é um direito humano e estamos levando água para as torneiras de dezenas de lares da zona rural do Maranhão. Uma política importante que beneficia nossos agricultores com água tanto para consumo próprio quanto para a produção de alimentos” (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2025).
10.2.Coleta de lixo
A coleta de lixo no município segue diretrizes nacionais de saneamento básico, na zona urbana a coleta de lixo é realizada periodicamente com caminhão de lixo 3 vezes por semana (segunda, quarta e sexta-feira). Neste sentido, “o inciso III da Lei n° 11.445/2007, art. 7º, que diz III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente” (**LEI Nº 11.445, 2007**).
Abaixo está o destino do lixo da cidade:

Figura 15 - % de coleta de lixo por quantidade de habitantes
Fonte: Instituto Água e Saneamento (2024).

Nota-se que cerca de 6.472 habitantes ou 45,7% possuem coleta de lixo feita por meio da limpeza pública do município, dessas 6.503 habitantes queimam seus lixos na sua própria propriedade, 126 habitantes enterram na sua própria propriedade e 746 habitantes utilizam de outras formas de destino. Esses dados demonstram que apesar de um pouco da metade ter seus resíduos sólidos coletados, mais da metade da população não tem coleta de lixo por domicilio, principalmente na zona rural, onde todo lixo é queimado ou enterrado na propriedade.

10.3.Esgotamento sanitário
Em Nina Rodrigues o esgotamento sanitário 100% dos domicílios utilizam de fossa séptica, fossa rudimentar ou buraco para despejo de seu esgoto. Logo, o município gera 0% de esgoto jogado no meio ambiente. O que demostra que por um lado o meio ambiente não é poluído e por outra lado demostra que o município precisa de rede pública de coleta de esgoto e tratamento do mesmo.

11.Metas e Indicadores
No PLAMSAN, definir metas pode ser um diferencial, pois é criado um caminho a ser seguido para se alcançar algo em um futuro próximo, logo com objetivos claros, metas, indicadores de acompanhamento, prazos, responsáveis e fontes de recursos fica fácil conseguir ações que podem indicar eficiência ou deficiência. É nítido que tudo isso são metas a serem alcançadas de forma que tenham o apoio de diversas áreas da gestão e do governo do estado para conseguir recursos necessários para o pleno funcionamento dos programas.

Abaixo está o quadro de ações e metas, onde estão vinculadas com os eixos definidos na conferência municipal de segurança alimentar e nutricional e com as diretrizes do decreto 7.272/2010:

Tabela 39 – Ações e metas da produção de alimentos e agricultura familiar

Ação	**Meta**	**Atividades**	**Prazo**	**Responsáveis**	**Eixo(s)**	**Diretrizes (Romano)**

Apoiar a Produção de Alimentos e Agricultura Familiar	Aumentar 30% a produção de farinha, milho e feijão	Aumentar produção em 8% ao ano	Anual	SEMAG, Associações	Eixo 1	III, V, VI
Reuniões sobre Crédito Fomento / Fomento Mulher / Fomento Jovem	Apresentar procedimentos a 6 assentamentos	Reuniões, oficinas e nivelamento técnico	2025–2028	SEMAG	Eixo 1	VI, VII, III
Atualização Cadastral dos Assentamentos	Atualizar CadÚnico e dados produtivos	Visitas individuais e reuniões	2025–2028	SEMAG	Eixo 1 e Eixo 3	II, V, VII
Elaborar 828 Projetos Produtivos – Crédito Fomento	Elaborar 828 projetos	Reuniões e visitas técnicas	2025–2028	SEMAG	Eixo 2 e Eixo 3	VI, V, III
Projetos Fomento Mulher	Elaborar 450 projetos	Reuniões, visitas e elaboração	2025–2028	SEMAG	Eixo 3 e Eixo 2	VI, III, VII
Projetos Fomento Jovem	465 projetos e acompanhamento	Visitas técnicas + relatórios	2025–2028	SEMAG	Eixo 3 e Eixo 2	VI, III, VII

Fonte: Município de Nina Rodrigues (2025).

Tabela 40 – Ações e metas de combate a fome e acesso à alimentação

Ação	Meta	Atividades	Prazo	Responsáveis	Eixos	Diretrizes
Apoiar programas de combate à fome	Reduzir 15% a insegurança alimentar	Busca ativa via ACS e Assistência Social	2025–2028	SEMAS, CRAS, COMSEA, SEMUS	Eixo 1 e Eixo 3	II, IV, V, VIII
Doar cestas básicas	Atender 100% das famílias PBF vulneráveis	Levantamento + planejamento + distribuição	2025–2028	CRAS, SEMAS, SEMAG	Eixo 1 e Eixo 3	II, IV, V
Fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Ampliar o programa em 10% anual	Articular com o estado e União para ampliar o número de beneficiários do programa	2025–2028	SEMAG, COMSEA	Eixo 1 e Eixo 3	II, IV, V

Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (2025).

Tabela 41 – Ações e metas de saúde e nutrição

Ação	Meta	Atividades	Prazo	Responsáveis	Eixos	Diretrizes
Reduzir desnutrição infantil	Reduzir 20% a desnutrição em <5 anos	Suplementação de vitamina A, ferro, Ácido Fólico + Atenção Primária à Saúde	2025–2028	SEMUS, SEMAS	Eixo 1 e Eixo 2	II, III, IV, VIII
Palestras educativas sobre alimentação	Inserir 20 palestras por ano	Realização de palestras e ações educativas através do Programa Saúde na escola	2025–2028	SEMUS, SEMAS	Eixo 2 e Eixo 3	II, III, VIII

Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (2025).

Tabela 42 – Ações e metas da educação alimentar, escolas e PNAE

Ação	Meta	Atividades	Prazo	Responsáveis	Eixos	Diretrizes
Visitar escolas e monitorar cardápios	2 visitas semanais	Monitoramento nutricional	2025–2028	SEMED, SEMAG, SEMED	Eixo 2 e Eixo 3	II, III, VIII
Destinar 30% da produção local ao PNAE	Garantir 30% no PNAE	Assistência técnica + Tempo de Semear	2025–2028	SEMAS, COMSEA, SEMAG	Eixo 2 e Eixo 3	V, VI, III
Educação Alimentar e Nutricional (EAN)	12 campanhas anuais	1 campanha por mês	Mensal	SEMED, SEMUS	Eixo 3	II, III, VIII
Elaborar boletins alimentares	Publicar 1 boletim mensal	Reunir dados das escolas e UBS	2025–2028	SEMUS, UBS, SEMED, SEMAG	Eixo 3	III, VIII, II

Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (2025).

Tabela 43 – Ações e metas de acesso à água e povos tradicionais

Ação	Meta	Atividades	Prazo	Responsáveis	Eixos	Diretrizes
Acesso à água para comunidades tradicionais por meio do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA)	Garantir 70% de cobertura	Distribuição e manutenção do abastecimento	2025–2028	SEMAG, SEMAS	Eixo 1 e Eixo 3	II, V, VI
Recuperação e manutenção de poços artesianos	Garantir 60% de recuperação	Mapear, recuperar e manter boa qualidade de água	2025–2028	SEMAG, SEMAS	Eixo 1 e Eixo 2	I, II, VI, VII, VIII
Monitoramento da qualidade da água	Garantir que 80% dos sistemas tenham água de qualidade	Executar o controle periódico da qualidade da água	2025–2028	SEMAG, SEMAS	Eixo 1 e Eixo 2	I, II, VI, VII, VIII
Construção de açudes para irrigação e criação de peixes	Garantir que 10 açudes sejam feitos por ano	Promover assistência com equipamentos, tratores e programas para construção de tanques escavados	2025–2028	SEMAG, SEMAS	Eixo 1 e Eixo 2	I, II, VI, VII, VIII

Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (2025).

Tabela 44 – Ações e metas governança, controle social e sistema de monitoramento

Ação	Meta	Atividades	Prazo	Responsáveis	Eixos	Diretrizes
Realizar Conferência Municipal de SAN	Garantir conferência anual	Mobilização, propostas, rodas de conversa	2025–2028	Sociedade civil, COMSEA, secretarias	Eixo 3	VI, VII, VIII

Acompanhar saúde nutricional e produção orgânica	Elaborar 3 campanhas anuais	Visitar produtores e orientar	2025–2028	SEMAG, Associações, COMSEA	Eixo 2 e Eixo 3	III, VI, VIII
Criar ouvidoria para críticas e sugestões	Instalar espaço de escuta social	Coletar dados e produzir relatórios	2025–2028	SEMUS	Eixo 3	VII, VIII
Governança e Monitoramento do PLAMSAN	Publicar relatório anual	Diagnóstico anual da situação alimentar	Anual	COMSEA, Prefeitura	Eixo 3	VII, VIII, II

Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (2025).

Essas metas são necessárias para que sejam fixados metas, prazos e fonte de recursos, para haja uma organização de recursos públicos. Esses objetivos são essenciais para especificar o que será feito no decorrer da gestão, depois se será mensurável, e depois colocar prazo ´para se é atingível ou não e a relevância para a sociedade.
Segundo o Inciso II do PAA municipal, onde cita que:
I – Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996; II – programação dos recursos destinados às ações e serviços púbicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no art. 198, § 2º da Constituição Federal (MUNICÍPIO DE NINA RODRIGUES, 2025).

Fica nítido no inciso I, que o município tem que reservar recursos destinados ao desenvolvimento do ensino municipal e consequentemente da merenda escolar de qualidade, através de programas como o PNAE, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para demonstrar o que está sendo gasto. Ao mesmo tempo, no inciso II, cita sobre recursos destinados a saúde e quando se fala em saúde, tudo que o município arrecadar em impostos terá que investir na saúde municipal.

12.Planificação
A previsão orçamentaria está de acordo com a **Lei Municipal Nº 492/2025** que “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” (MUNICÍPIO DE NINA RODRIGUES, 2025). Neste sentido, o Plano Plurianual - PPA e a Lei de Orçamento Anual – LOA, são instrumentos que se utilizam de metas e prioridades a serem executadas em um período estipulado.

Este planejamento segue as 8 diretrizes propostas pelo Decreto 7.272/2010, na tabela 43, as ações do PLAMSAN, estão organizadas de acordo com as diretrizes do Decreto 7.272/2010, dessa forma, as diretrizes estão adaptadas de acordo a realidade do município, como demonstra a tabela 43:

Tabela 40 – Diretrizes do Decreto 7.272/2010 (Adaptada a realidade do município)

I – Garantir o acesso universal à alimentação adequada e saudável, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente nas zonas rurais, comunidades ribeirinhas e povoados mais distantes, fortalecendo programas como o PAIF, CRAS e PAA
II – Incentivar o abastecimento local com foco na agricultura familiar, apoiando práticas agroecológicas, pequenas agroindústrias, feiras livres e a melhoria da logística de transporte e armazenamento dos alimentos produzidos no município.
III – Implantar e manter ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, formações para merendeiras, agricultores e famílias, além de estimular projetos escolares voltados à alimentação saudável e hortas comunitárias e escolares.
IV – Desenvolver ações específicas para as comunidades quilombolas do município, garantindo sua participação no SISAN, acesso a programas de produção de alimentos, abastecimento, água, documentação e políticas de fortalecimento produtivo.
V – Fortalecer as ações de alimentação e nutrição na Atenção Básica, com atuação dos profissionais das UBS, acompanhamento do Bolsa Família, vigilância nutricional, saúde da criança e da gestante, articulando com assistência social, educação e agricultura.
VI – Ampliar o acesso à água potável para consumo e produção, priorizando famílias em áreas rurais com maior insegurança hídrica, e apoiar iniciativas de captação, poços, sistemas simplificados e água para produção da agricultura familiar e pesca local.
VII – Apoiar iniciativas e parcerias que promovam a soberania e segurança alimentar, buscando cooperação com governo estadual, federal e instituições, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 11.346/2006, especialmente na promoção da agricultura familiar local.
VIII – Realizar o monitoramento contínuo da Segurança Alimentar e Nutricional no município, por meio de indicadores, diagnósticos, conferências e participação social, garantindo o acompanhamento do direito humano à alimentação adequada.

Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (2025).

Tabela 41 - Eixos da conferência

Eixo 1 - Determinantes Estruturais e Macro Desafios para s Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Eixo 2 - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas Garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada
Eixo 3 - Democracia e Participação Social

Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (2025).

Tabela 42 – Planejamento das ações

Ação	**Código / Programa**	**Observações/Meta Física - PPA**	**Valor Estimado - PPA**	**Período**	**Eixos da Conferência**	**Diretrizes do Decreto 7.272/2010 (Adaptada a realidade do município)**	**Órgão Executor**
Apoiar o Programa Tempo de Semear para melhorar a produção agrícola	0582 / 6082 (Fortalecimento da Agricultura e Pecuária – Mais Produção e Abastecimento)	Melhorar a produção agrícola no município com 23 vagas para produtores rurais, proporcionando o acesso aos recursos necessários para aquisição de sementes, insumos e equipamentos.	R$ 46.000,00	2024–2028	Eixo 1 e Eixo 2	Diretriz II	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento

Ampliação de crédito rural da agricultura familiar (PRONAF, FNE, AGROAMIGO)	Bancos oficiais (BNB)	Inclui assistência técnica, sementes, insumos, equipamentos.	R$ 24.248.811,08/ano	2025–2028	Eixo 1 e Eixo 2	Diretriz II	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento + Banco do Nordeste (parceria)
Compra de alimentos da agricultura familiar para merenda escolar (PNAE)	FNDE / PNAE	45% da merenda escolar	R$ 362.593,40/ano	2025–2026	Eixo 2	Diretriz I e II	Secretaria Municipal de Educação
Saneamento Básico – construção de poços artesianos	0012 / 1020	Captação, Tratamento e Distr. Água	R$ 100.000,00	2025–2026	Eixo 1 e Eixo 2	Diretriz VI	Secretaria Municipal de Infraestrutura / SAAE
Construção de açudes e criação de peixes	0008 / 1019	Prioridade para comunidades quilombolas e comunidades tradicionais	R$ 50.000,00	2025–2026	Eixo 1, 2 e 3	Diretriz IV e II	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento + Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas	0012 / 1020	Maquinas agrícolas para pequenos agricultores	R$ 200.000,00	2025–2026	Eixo 1 e Eixo 2	Diretriz II	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Construção e ampliação de escolas da rede infantil	0006 / 1027 e 1026	Const. Ref. e Ampl. de Escolas da Rede Fundamental e Creches	R$ 500.000,00 (cada)	2025–2026	Eixo 2	Diretriz III	Secretaria Municipal de Educação
Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar – merenda	0501	Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar para merenda escolar da rede de ensino municipal	R$ 36.259,34	2025	Eixo 2	Diretriz I e II	Secretaria Municipal de Educação
Combate à desnutrição infantil – aquisição de alimentos	0013 / 2.074	Redução dos índices de desnutrição infantil, promovendo o crescimento saudável da população	R$ 50.000,00	2026–2029	Eixo 2	Diretriz V e I	Secretaria Municipal de Saúde
Saneamento Básico Urbano (Captação, Tratamento e Distribuição de Água)	17.512.0012.1.012	Ampliar o acesso à água potável para consumo humano e produção agrícola; melhorar infraestrutura hídrica; garantir abastecimento a comunidades rurais	R$ 85.000,00	2026	Eixo 1, Eixo 2 e Eixo 3	Diretriz I, V e VI	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento	20.122.0008.2.024 – Administração Geral / Mais Produção	Garantir estrutura administrativa, logística, pessoal e serviços necessários para execução das políticas de SAN	R$ 594.000,00	2026	Eixo 2 e Eixo 3	Diretriz V, VI e VII	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Manutenção de Mercados, Feiras e Matadouros Públicos	20.605.0008.2.025 – Abastecimento / Mais Produção	Realizar manutenção básica, limpeza, pequenos reparos, garantir condições adequadas de comercialização de alimentos	R$ 6.000,00	2026	Eixo 1 e Eixo 2	Diretriz IV e V	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Manutenção do Programa de Transporte Rural Gratuito	20.606.0008.2.026 – Extensão Rural / Mais Produção	Apoiar deslocamento de agricultores para feiras, mercados e serviços públicos	R$ 4.000,00	2026	Eixo 2 e Eixo 3	Diretriz VI e VII	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Construção, Reforma e Ampliação de Açudes	20.607.0008.1.013 – Irrigação / Mais Produção	Ampliar capacidade hídrica para produção agrícola e segurança hídrica rural	R$ 50.000,00	2026	Eixo 2 e Eixo 3	Diretriz V e VI	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento

Construção, Reforma e Ampliação de Mercados, Feiras e Matadouros Públicos	20.608.0008.1.014 – Promoção da Produção Agropecuária	Melhorar infraestrutura de comercialização de alimentos e condições sanitárias	R$ 50.000,00	2026	Eixo 1 e Eixo 2	Diretriz IV e V	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento	20.608.0008.2.027 – Promoção da Produção Agropecuária	Apoiar agricultores com preparo de solo, limpeza de açudes e serviços agrícolas	R$ 60.000,00	2026	Eixo 2	Diretriz VI e VII	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Distribuição de sementes, mudas e horas máquina para limpeza de açudes e preparo de terra (Programa Mais Produção)	20.608.0008.2.029 – Promoção da Produção Agropecuária	Incentivar agricultores com insumos e apoio à produção de alimentos	R$ 6.000,00	2026	Eixo 2	Diretriz V e VI	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Implantação e Manutenção do Programa Municipal de Assistência Técnica Agrícola	20.608.0008.2.028 – ATER Municipal	Oferecer orientação técnica contínua aos agricultores familiares	R$ 10.000,00	2026	Eixo 2	Diretriz VI e VII	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Manutenção e Funcionamento do CRAS	08.245.0013.2.069	Execução do PAIF, visitas, acompanhamento e ações de prevenção da insegurança alimentar	R$ 4.000,00	2026	Eixo 1 e Eixo 3	Diretriz II, VI, VII, VIII	Secretaria Municipal de Assistência Social
Manutenção e Funcionamento do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	08.245.0013.2.070	Cadastro, acompanhamento e concessão de benefícios que garantem acesso à alimentação	R$ 4.000,00	2026	Eixo 1	Diretriz II, V, VIII	Secretaria Municipal de Assistência Social
Distribuição de Cestas Básicas às Famílias Carentes	08.245.0013.2.072	Ação emergencial de combate à fome e insegurança alimentar	R$ 50.000,00	2026	Eixo 1	Diretriz II, IV, V	Secretaria Municipal de Assistência Social
Implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	08.306.0013.2.074	Formulação, execução e monitoramento do PLAMSAN	R$ 5.000,00	2026	Eixo 1, Eixo 2 e Eixo 3	Diretriz I, II, III, VI	COMSEA + Prefeitura
Combate à Desnutrição Infantil	08.306.0013.2.075	Ações nutricionais, suplementação e acompanhamento infantil	R$ 10.000,00	2026	Eixo 1 e Eixo 2	Diretriz I, II, III, IV, VIII	Secretaria Municipal de Assistência Social

Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (2025).

Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei nº. 4.320/64;
Cada ação está vinculada a um orçamento estipulado pela Lei de Diretrizes Orçamentarias – LDO, onde que de forma anual é estimado um valor a ser gasto com determinadas ações que visam a funcionalidade correta de cada meta. Vale lembrar que, tem metas neste quadro que está vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, como é o caso ampliação da produção da agricultura familiar e compra de alimentos da agricultura familiar para merenda escolar que estão em um orçamento estimado pela secretaria em destaque.

13.Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento
O processo de monitoramento e avalição deve contar com alguns objetivos específicos para que o plano aconteça de forma certa e consiga alcançar o que foi proposto no início. O monitoramento e avalição do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Nina Rodrigues será realizado de forma participativa, através do conselho do COMSEA, onde possui conselheiros capazes de monitorar a avaliar as ações previstas para o andamento do plano conforme diretrizes do Decreto nº 7.272/2010.
Entre os objetivos do Monitoramento está:

- Reuniões frequentes para serem observadas as fragilidades e metas conquistadas com inserção do plano;
- Acompanhar de perto o que está sendo feito para melhorar a saúde nutricional da população;
- Melhorar o que já está sendo implantado para gerar acessibilidade;
- Garantir transparência pública e convidar a população em geral para demostrar o que está sendo feito e o que pode ser melhorado através de rodas de conversas.

Avaliação:

- Avaliar a situação da segurança alimentar no município;
- Avaliar o impacto do PLAMSAN para construir o próximo diagnostico;
- Discutir o tema proposto pela VI+4 CESAN: “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”;

- Apresentar propostas para fortalecer as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em nível municipal, estadual e nacional;
- Eleger delegados(as) para a Conferência Estadual VI+4 CESAN

Figura 16 - Ciclo do Monitoramento e avaliação
Fonte: Próprio autor (2025).

Desse modo, para que o monitoramento tenha suas metas alcançadas é essencial que a CAISAN do município crie um comitê gestor para dividir as responsabilidades e possam elaborar relatórios sobre a situação da segurança alimentar no município. Para complementar a elaboração de relatórios sobre o monitoramento é necessário que entre o comitê gestor tenha apoio intersetorial, ou seja, apoio de todas as secretarias da gestão, conselheiros, sociedade civil e COMSEA.
Na tabela 44, está o Instrumento de acompanhamento de indicadores

Tabela 43 – Instrumento de acompanhamento

Indicador	Fonte de Dados	Periodicidade	Responsável	Instrumento de Acompanhamento
Vistoriar o orçamento de compras da agricultura familiar no PNAE, apoiar o programa maranhão livre da fome, vistoriar o programa mais alimentos	FNDE/PNAE, PRONAF, MAIS ALIMENTOS, MARANHÃO LIVRE DA FOME. SEMED, SEMAG E SEMAS.	Semestral	SEMED, SEMAG, SEMAS	Relatório de execução do PNAE, PRONAF, MANHÃO LIVRE DA FOME E MAIS ALIMENTOS.
Acompanhar dados sobre a Desnutrição infantil	SISVAN, ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	Semestral	SEMUS NINA RODRIGUES	Relatório do SISVAN OU PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO – PEC, e-Gestor.
Monitorar Famílias em situação de insegurança alimentar no município através de busca ativa	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL	Semestral	SEMUS, SEMAS	Relatório emitido de forma online pela SEMUS no site do SISVAN, PEC ou pelo Secretaria de assistência social.
Acompanhar o Nº de poços artesianos do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA), avaliar a qualidade da água dos poços	SEMAG, SEMUS	Semestral	SEMAG, SEMUS	Relatório de agricultura e infraestrutura, visitas junto com o engenheiro responsável pela qualidade da água dos poços.
Nº de reuniões realizadas do COMSEA/CAISAN	Atas de reuniões	Mensal	COMSEA, CAISAN	Relatórios a ser divulgado pelo CONSEA/CAISAN sobre a insegurança alimentar do município.
Relatório anual publicado do PLAMSAN	Prefeitura/COMSEA	Anual	CAISAN, Prefeitura	Relatório divulgado

Fonte: Município de Nina Rodrigues (2025).

Ter a tabela 44 estruturada, faz parte do planejamento anual sobre monitoramento e avaliação por meio das secretarias para que seja definida de forma concreta atalhos para melhorar o serviço prestado a população Ninense. Neste sentido, para que seja definidas metas e ações a serem feitas no decorrer do ano.

14.Povos e Comunidades Tradicionais
O município conta com algumas comunidades tradicionais, 43 comunidades, entre estão os povoados de Santa Isabel, Macacos, Mangueira, Santa Rita e alguns povoado Quilombolas como o povoado Ilha e Balaiada, entre outras. Essas comunidades vivem da agricultura familiar e geralmente são abastecidas pelo Rio Munim que passam nas proximidades, porém a água não é potável, água de poços artesianos, açudes, riachos, rios não são tratados. Todas essas comunidades apresentam vulnerabilidades socais que dependem de programas sociais e da agricultura familiar para se manter. Dentre os principais desafios que esses povoados enfrentam no dia a dia é:

- Dificuldade de acesso a Saneamento Básico;
- Carência de políticas públicas.

De acordo com o decreto nº 7.272/2010 o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional essas comunidades precisam ter mais acesso a serviços de saúde, alimentação, educação, cidadania e ações que promovam a redução de desigualdades por meio de estratégias do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Neste sentido, o PLAMSAN prever estratégias para que possam ser devolvidas ações que reduzem a desigualdade e apoie famílias tanto na agricultura familiar, quanto em outros setores.
Ações que devem ser implantadas nessas comunidades:

- Acesso a saneamento básico;
- Acesso a uma saúde de qualidade;
- Acesso a programas de fortalecimento da agricultura familiar;
- Assistência técnica por meio do SEBRAE, SENAR, IFMA e outros;
- Alimentação de qualidade nas escolas através do PNAE;
- Melhorias estradas vicinais;

- Oficinas por meio da Atenção Primária a Saúde;
- Projetos de incentivo de produção agrícola.

15.Intersetorialidade
O PLAMSAN de Nina Rodrigues é um plano intersetorial pois, depende diretamente da integração de várias áreas e secretarias do município, com a necessidade de juntar informações dessas áreas, foi possível reunir informações cruciais para que se pudesse criar estratégias eficazes de apoio ao Direito Humano à Alimentação Adequada. O PLAMSAN de Nina Rodrigues gestão (2025-2028), prevê a união e articulação entre todas as áreas e secretarias para melhor atender a população em geral e através do COMSEA e CAISAN garantir transparência e acessibilidade para todos.
Essas ações podem ser resumidas em:

- Reuniões frequentes com participação social para ser definidas melhores ações e estratégias;
- Ações integradas com todas as secretarias para melhor atender e apoiar a população;
- Acessibilidade a uma alimentação adequada;
- Apoio a pequenos produtores;

Ações por secretaria:
Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS):

- Alimentar sistemas como o Prontuário Eletrônico do Cidadão – PEC e outros;
- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISVAN;
- Organizar ações sobre Saúde na Escola;
- Cuidar da Saúde de todos os Ninenses, propiciando melhor qualidade de vida no município;
- Campanhas educativas sobre nutrição nas escolas.

Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAG):

- Garantir apoio técnico a agricultores do município;
- Levar programas de incentivo a agricultura familiar;
- Apoiar a comercialização de produtos produzidos no município;
- Incentivar feiras locais a comprarem alimentos locais;
- Incentivo financeiro através de políticas públicas.

Secretaria Municipal de Educação (SEMED):

- Garantir que o PNAE compre produtos dos agricultores locais;
- Garantir que a merenda escolar seja proveniente de alimentos ricos em nutrientes capazes de melhorar a saúde de todos que precisam dela;
- Garantir que a merenda escolar seja balanceada;
- Criar projetos como hortas escolares;

COMSEA municipal:

- Controle social e acompanhamento da execução do PLAMSAN;
- Proposição de ajustes, monitoramento e participação popular.

CAISAN municipal:

- Coordenação da intersetorialidade;
- Consolidação de relatórios de execução e resultados.

16.Importância do Diagnóstico
O maior foco do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é poder garantir o direito humano à alimentação adequada através de ações da gestão em criar ações e trazer políticas públicas que visem o fortalecimento da atividade rural. Além disso, sabendo da realidade do município, o plano ajude a criar estratégias para levar comida para a mesa de todos os Nineses e promover mais acessibilidade a alimentos produzidos no município.
Além disso, o PLAMSAN funciona como um levantamento detalhado da realidade rural, fornecendo informações detalhadas e concretas sobre a realidade dos produtores de Nina Rodrigues. Esses dados são essenciais para compreender de forma precisa as condições socioeconômicas, produtivas e ambientais do município, servindo como referência para o planejamento e execução de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura local e à melhoria da qualidade de vida no campo. A partir deste levantamento, torna-se possível:

- Propor políticas públicas mais eficazes, alinhadas às necessidades reais dos produtores e às características do território;
- Estimular o acesso a crédito rural, oferecendo suporte financeiro para investimento em tecnologias, insumos e expansão da produção;
- Incentivar práticas agrícolas sustentáveis, promovendo o manejo eficiente dos recursos naturais e a preservação ambiental;
- Estruturar ações de assistência técnica e extensão rural, garantindo orientação qualificada e contínua aos agricultores;
- Apoiar projetos de piscicultura e outras atividades econômicas, ampliando a diversificação produtiva e gerando novas oportunidades de renda.

A necessidade de fortalecer ainda mais a atividade rural com equipamentos de fortalecimento a atividade agropecuária e extrativista, como a aquisição de tratores para ajudar os pequenos produtores no plantio de alimentos. O **Programa Mais Produção** visa exatamente oferecer tratores, máquinas, assistência técnica especializada, sementes selecionadas e alevinos, tudo para garantir mais apoio e oportunidades para a população.

Dessa forma, o diagnóstico não apenas registra o panorama atual, mas também se constitui em uma ferramenta estratégica para orientar decisões, mobilizar recursos e fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais de Nina Rodrigues.

17. Considerações Finais

O PLAMSAN traz como ponto principal a atividade agropecuária e extrativista do município, onde traz ações que busquem o fortalecimento da atividade rural e consequentemente garantindo alimento de qualidade na mesa dos moradores do município, gerando renda, saúde, educação através de parceiras com o SEBRAE, SENAR, IFMA, trazendo qualificação técnica para os moradores.

O diagnóstico realizado junto aos produtores rurais de Nina Rodrigues permitiu compreender de forma abrangente a realidade do meio rural no município, evidenciando tanto as potencialidades quanto os desafios enfrentados pelas famílias agricultoras. Foi possível identificar práticas tradicionais consolidadas, como a roça no toco, a diversidade de culturas cultivadas e o interesse crescente em atividades como a piscicultura, que indicam caminhos para a diversificação produtiva e o fortalecimento da economia local.

O diagnóstico constitui uma ferramenta estratégica o município de Nina Rodrigues, pois permitiu a aproximação entre o poder público e os produtores rurais, além de trazer informações essenciais para o desenvolvimento rural. A mobilização das secretarias envolvidas e a participação ativa das comunidades foram fundamentais para o sucesso do projeto.

Os dados coletados constituem uma base sólida para o planejamento de políticas públicas, ações de capacitação, assistência técnica e programas voltados ao desenvolvimento sustentável. Além disso, fornecem subsídios relevantes para a implementação de iniciativas que promovam maior acesso a crédito rural, tecnologias apropriadas e práticas agrícolas ambientalmente responsáveis.

Assim, este diagnóstico não se limita a descrever o presente, mas se configura como uma ferramenta estratégica para orientar intervenções futuras, fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais de Nina Rodrigues, reforçando a importância da participação coletiva na construção de soluções para o desenvolvimento rural.

18.Recomendações

- Fortalecer assistência técnica: priorizando os produtores com baixa escolaridade e com foco em técnicas para minifúndios (<1 ha).
- Estimular o comercio local;
- Garantir o acesso regular a alimentos produzidos no município, promovendo a segurança alimentar e o combate à fome;
- Reduzir desigualdades;
- Gerar acessibilidade a alimentos produzidos no próprio município;
- Estimular hábitos alimentares saudáveis e ações de promoção da saúde, visando melhorar a qualidade de vida da população;
- Combater a fome e níveis de desnutrição na população;
- Implementar linhas de crédito diferenciada com taxas reduzidas para mulheres e jovens.
- Diversificação produtiva: incentivar piscicultura em pequenas áreas, além de desenvolver sistemas agroflorestais.
- Ampliar acesso a crédito.
- Desenvolver programas específicos para pequenos produtores.
- Educação rural: Implementar programas de alfabetização e capacitação técnica.
- Diversificação produtiva: Incentivar a piscicultura e outras atividades complementares.
- Assistência técnica: Expandir serviços de extensão rural.
- Políticas para mulheres: Criar linhas específicas para produtoras rurais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.** *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola [...].** Brasília, DF, 2009. Disponível em: <URL>. Acesso em: 05 ago. 2025.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Consulta de Beneficiários do Bolsa Família – Município de Nina Rodrigues (MA), 2024. Portal da Transparência.** Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios/beneficiario/consulta?paginacaoSimples=false&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&ano=2024&tipoBeneficio=4&nomeMunicipio=NINA+RODRIGUES&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CnomeBeneficiario%2ClinguagemCidada%2CnisBeneficio%2CcpfBeneficiario%2Cmunicipio%2Cano%2Cvalor&ordenarPor=municipio&direcao=asc. Acesso em: 4 jun. 2025.

GARCÊS, Paulo. **Informação fornecida pelo gerente da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), município de Nina Rodrigues**, em 13/09/2025. Informação verbal.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como preparar projetos de pesquisa** . São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE MAPS. **Mapa personalizado de Nina Rodrigues - Google Maps.** 2025. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1_4S2g9aOJfL2Lh6w99c25R7p777okF4&ll=-3.4275443487834423%2C-43.89287510917246&z=11. Acesso em: 4 jun. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Governo do Estado inaugura 84º e 85º Restaurantes Populares.** São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 2022. Disponível em: https://www.ma.gov.br/noticias/governo-do-estado-inaugura-84-e-85-restaurantes-populares. Acesso em: 5 jun. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: panorama.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 4 jun. 2025.

IBGE, **Produção Agrícola Municipal 2023.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/nina-rodrigues/pesquisa/14/10193. Acesso em: Acesso em: 12 jun. 2025
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estatísticas Censo Escolar. Brasília, DF: Inep, 2024.** Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar. Acesso em: 4 jun. 2025.
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estatísticas Censo Escolar.** Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar. Acesso em: 4 jun. 2025.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.** Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 27 maio 2025.
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO. **Relatório de estágio no setor de piscicultura: disciplina de Estágio Supervisionado no Sítio Nossa Senhora da Conceição – Polo Nina Rodrigues.** São Luís: IFMA – Campus Maracanã, 2024.
Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;** altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 8.036, de 11 de maio de 1990; 8.666, de 21 de junho de 1993; 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 2007. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-normaatualizada-pl.html. Acesso em: 13 de set. 2025.
MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). 2025. **Monitoramento via e-Gestor: Programa Academia da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde.** Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/academia-da-saude/monitoramento-via-e-gestor. Acesso em: 11 set. 2025.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC**. Disponível em: http://sinasc.saude.gov.br/default.asp. Acesso em: 29 maio 2025.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN): relatórios públicos.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index. Acesso em: 5 jun. 2025.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Suplementação de vitamina A no SUS deve beneficiar 5,7 milhões de crianças em 2023.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 26 jun. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/suplementacao-de-vitamina-a-no-sus-deve-beneficiar-5-7-milhoes-de-criancas-em-2023. Acesso em: 5 jun. 2025.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **DataSocial: Explorador de Dados**. Brasília: MDS, [s.d.]. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php. Acesso em: 29 maio 2025.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Alimenta Cidades.** Disponível em: **https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/alimenta-cidades.** Acesso em: 30 jul. 2025.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. 2025. *Observatório do Cadastro Único*. Brasília, versão 1.10.0. Disponível em: https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html. Acesso em: 9 set. 2025.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Levantamento de comunidades quilombolas.** Brasília: MDS, [s.d.]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).** Brasília, DF: MTE, 2025. Disponível em: https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml. Acesso em: 5 jun. 2025.
MUNICÍPIO DE NINA RODRIGUES (MA). **Lei Municipal nº 492, de 2025: Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.** Nina Rodrigues: Prefeitura Municipal, 2025. 52 p. Disponível em: https://painel.siganet.net.br/upload/0000000537/cms/publicacoes/c262480d49dadd3a61c21facf976288c.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.
NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, F. L. Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática-como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus**, 2016.
PREFEITURA DE NINA RODRIGUES (MA). **Secretaria Municipal de Assistência Social.** Secretaria Municipal de Assistência Social de Nina Rodrigues. 2025. Disponível em: https://www.ninarodrigues.ma.gov.br/orgaos/orgaos/exibir/2719. Acesso em: 5 jun. 2025.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. NINA RODRIGUES (MA). **Relatório do Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE.** Nina Rodrigues: SEMED, 2025.
SPINDOLA C. CARLEANDRO. Secretaria Municipal de Saúde. **Coordenação da Atenção Básica**. Nina Rodrigues, 2025.
TRABULSI, Natássia; LIMA, Nutricionista RT. **Responsável Técnica pelo cardápio escolar –** CRN 11/MA: 2456. 2025. Documento interno.

ANEXOS

Anexo I – Despesa com Saneamento Básico e construção de Açudes conforme PPA/LOA, 2025-2026

Anexo II – Despesa com Construção de Escola de Ensino Fundamental

Anexo III – Despesa com Construção de Creche

Anexo IV – Edital do Programa Tempo de Semear

Publicado por: RODOLFO GUTTIERRE TEIXEIRA SILVA
Código identificador: f04e4093127a7538ececf337bf82086e

AVISO DE RESULTADO DISPENSA Nº 20/2025 PMNR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2025
Objeto: Contratação de empresa na organização e realização do Fórum

Temático do selo UNICEF com os profissionais de Saúde de Nina Rodrigues – MA.
Empresa vencedora: V. DE A. DOS SANTOS LTDA, CNPJ: 40.217.505/0001-27, com sede AV MA 034; Bairro: Brasileirinho; Tutoia/MA; CEP: 65.580-000, foi vencedora no valor total de R$ 13.380,00 (Treze Mil Trezentos e Oitenta Reais).
NINA RODRIGUES/MA, 27 de Novembro de 2025.
RAIMUNDO NONATO SILVA JÚNIOR
Agente de Contratação

Publicado por: RODOLFO GUTTIERRE TEIXEIRA SILVA
Código identificador: c78c2a885ba1535799fd7355892d4f88

AVISO DE RESULTADO DISPENSA Nº 21/2025 PMNR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2025

Objeto: Aquisição de brinquedos novos e certificados, para atendimento às ações sociais, eventos públicos e programas municipais coordenados pela Secretaria Municipal de Administração de Nina Rodrigues/MA.
Empresa vencedora: **PRATIKA LTDA**, CNPJ: **59.372.004/0001-43**, com sede na Avenida João Francisco Monteles; 86; Centro; Anapurus/MA; CEP: 65.525-000, no valor total de **R$ 53.476,00** (Cinquenta e Três Mil Quatrocentos e Setenta e Seis Reais).

NINA RODRIGUES/MA, 01 de Dezembro de 2025.

RAIMUNDO NONATO SILVA JÚNIOR
Agente de Contratação

Publicado por: RODOLFO GUTTIERRE TEIXEIRA SILVA
Código identificador: 7d652c75efd8dbcde63adaf9d31a0325

PREFEITURA DE NINA RODRIGUES
TRABALHO e DESENVOLVIMENTO

JOAO FRANCISCO JONES FORTES BRAGA

Prefeito

www.ninarodrigues.ma.gov.br

Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues

PÇA. RUI FERNANDES COSTA, s/n, CEP: 65450000

CENTRO - Nina Rodrigues / MA

Contato: 98992355423

www.diariooficial.ninarodrigues.ma.gov.br

Instituido pela Lei municipal n° 414/2018, de 09 de janeiro de 2018.

JOAO FRANCISCO JONES FORTES BRAGA:20695845349

Digitally signed by JOAO FRANCISCO JONES FORTES BRAGA:20695845349
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A1; Videoconferencia; 40331390000105; AC SyngularID Multipla, cn=JOAO FRANCISCO JONES FORTES BRAGA:20695845349
Date: 03.12.2025 05:00:31 -0300